

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

CPA/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CÓDIGO EMEC 575

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
Março 2017

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA-UFMG 2014-2017)

Segmento Docente

Diretoria de Avaliação Institucional

Cristina Gonçalves Alvim

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte

Titulares

Afonso de Liguori Oliveira

Alfredo Miranda de Góes

Ana Maria Chagas Sette Câmara

Cândido Alves da Costa

Luiz Machado

Lígia Maria Moreira Dumont

Suplentes

João Henrique Lara do Amaral

Mauro Rodrigues

Gilberto Simeone Henriques

Marcelo Antônio Nero

Márcia Miranda Soares

Marcel de Lima Santos

Segmento Técnico-administrativo

Natália Fraga Carvalhais Oliveira

Micheline Sanches de Souza

Flávio de Almeida

Carla Lorena de Miranda Canela

Gilmar Tadeu de Azevedo Fidelis

Luiz Antônio de Faria Fonseca Junior

Membros externos

Prof. Carlos Roberto Jamil Cury (Titular)

Profa. Lúcia Maria Horta Figueiredo Goulart (Suplente)

Secretaria da Comissão Própria de Avaliação

Patrícia Margareth Sallum

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO

- I.1. A Universidade Federal de Minas Gerais
- I.2. A CPA da UFMG
- I.3. O planejamento estratégico da autoavaliação institucional na UFMG

II. METODOLOGIA

- II.1. Construção das informações sobre avaliação na UFMG
- II.2. Atividades desenvolvidas pela CPA
- II.3. Elaboração e divulgação dos estudos de avaliação

III. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

- III. 1. Relato Avaliativo do PDI
- III.2. Avaliação interna e externa dos cursos de graduação da UFMG
- lii.3. Formação Interprofissional na Saúde - Derrubar Muros, Construir Pontes

IV. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS

- IV.1. Autoavaliação da CPA: avanços e desafios
- IV.2. Quais as propostas a CPA apresenta?
- IV.3. Considerações Finais

I INTRODUÇÃO

Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes, Lei 10.861, 2004) e visa à melhoria da qualidade da educação superior e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Divide-se em duas modalidades:

- **Avaliação externa** – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), compostas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação.
- **Autoavaliação** – realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

A autoavaliação tem como objetivos principais:

1. Produzir conhecimentos;
2. Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES;
3. Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade;
7. Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Prestar contas à sociedade.

A autoavaliação compreende um autoestudo, tendo como referência as dez dimensões de avaliação institucional do Sinaes. É um processo dinâmico por meio do qual a instituição busca e constrói conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados e identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

O processo de autoavaliação da IES é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externa. A avaliação externa exige a organização, a sistematização e o interrelacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas existentes na UFMG, que se tornam visíveis ao serem disponibilizadas no Relatório. Uma visão externa à IES pode corrigir eventuais erros de percepção, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

O credenciamento das instituições deve ser renovado periodicamente (artigo 46 da Lei de Diretrizes e Bases Nº. 9.394 de 1996). O credenciamento presencial da UFMG está regulamentado pela Portaria MEC 914, de 12 de julho de 2011. A comissão de avaliação que visitou a UFMG, em 2009, emitiu parecer com Conceito Institucional (CI) 4. A abertura do protocolo de credenciamento foi feita no primeiro semestre de 2016. A edição do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, pela Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014, trouxe grandes desafios ao processo de autoavaliação. Neste instrumento, a autoavaliação e o PDI assumiram grande centralidade, o que levou à redefinição da atuação da CPA. O Relatório Institucional foi elaborado pela CPA.

A Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sugere um roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (Nota Técnica Nº 65 2014). Esse roteiro foi a base para a construção deste Relatório Parcial de Autoavaliação da UFMG, referente ao ano de 2016, a ser submetido no sistema e-MEC até 31 de março de 2017 (2º Relatório Parcial, de acordo com Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65 2014).

A expectativa da CPA é que as análises, reflexões e propostas apresentadas contribuam para dar visibilidade ao trabalho e a dedicação das pessoas que participam e constroem a UFMG, buscando a excelência e qualidade na formação profissional, aliada ao compromisso institucional com a inclusão social, a ética, o pensamento crítico, a produção de conhecimentos e a cidadania.

I.1. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Para consolidar tal missão, procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais. Partindo da compreensão de que a Educação Superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social.

Em 2003, o Conselho Universitário estabeleceu a criação de cursos noturnos como mecanismo prioritário e mais adequado para o alcance das metas de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior. Essa decisão fundamentou a alocação de novas vagas da proposta de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As metas para o período 2008-2012 foram: ampliar o total de vagas para mais de 6.509, correspondendo a uma matrícula projetada de 32.000 estudantes; ampliar o ingresso na pós-graduação (8.500 mestrandos e doutorandos); expandir o turno noturno; reduzir a seletividade social do concurso vestibular; propor cursos para o atendimento das demandas emergentes.

Os 31 cursos criados no REUNI (30 já reconhecidos pela visita *in loco* do MEC), resultam da experiência acumulada pela UFMG, no âmbito da graduação, da pós-graduação e da extensão, na formação acadêmica direcionada aos mais diversos campos do saber. Esses novos cursos compartilham a experiência acumulada pela Instituição no trato da diversidade (social, cultural, étnica) e expressam, nos processos formativos que conduzem, o compromisso social assumido pela mesma ao longo de sua história. Exemplos: Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Engenharia Aeroespacial, Gestão Pública e Licenciatura Intercultural Indígena

A expansão de vagas na graduação presencial, com acréscimo de 2066 vagas novas, permitiu o aumento em 46% da matrícula projetada: 2007 = 23.983 e 2012 = 35.133, superior ao estabelecido no REUNI (20%). O total de 6740 vagas iniciais em cursos de graduação presenciais,

ofertadas em 2016, configura o patamar de oferta alcançado em 2012. Distribuídas entre 51 cursos, 1470 vagas (71,15%) foram destinadas para o turno Noturno. Em 2007, 21% das vagas dos cursos de graduação eram ofertadas no turno Noturno; e em 2014, 32,7%. Na pós-graduação, a meta de expansão de matrícula foi atingida em 2013 (8.465).

Ao definir as metas para o PDI 2013-2017, a UFMG estabeleceu a necessidade de consolidar a expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias. A adequação da infraestrutura estava em franca expansão, como exemplificado pela construção de três centros de atividades didáticas (CADs), mas sofreu impacto dos cortes orçamentários que vem ocorrendo desde 2014.

A avaliação dos resultados da expansão tomou por referência as metas do REUNI: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18:1, e elevação gradual da taxa de conclusão (TCG) média dos cursos de graduação presenciais para 90%; ao final de 5 anos. Com relação à alocação de docentes, a superação da meta ocorreu em 2013, ano em que a relação aluno-professor foi 20:1. A TCG foi definida como a relação entre o total de diplomados, em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição 5 anos antes. A TCG foi 86% em 2011, 82% em 2012, 65% em 2013 e 54% em 2014. As causas da redução da TCG estão sendo analisadas pela Prograd e, em parte, podem ser resultado da grande mobilidade dos estudantes entre cursos e instituições, acentuadas pelo SiSU. Isso tem sido abordado na UFMG com a oferta ampla e regular de vagas remanescentes, assim como políticas que visam a permanência do estudante na UFMG. Ressalta-se que a UFMG se situa em primeiro lugar em relação ao Indicador Aluno Equivalente Graduação (Nota Técnica número 24, set/2014, Coordenação Geral do Censo/INEP), que reflete a eficiência da IES, analisando a relação entre número de matriculados, ingressantes e concluintes nas IES federais.

As ações formativas da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, nomeada de "GIZ", atendem, desde 2009, tanto ao aumento significativo de cursos e de alunos quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino.

De 2009 a 2012, a UFMG adotou, como ação afirmativa, o Programa de Bônus, que agregava 10% à nota final dos candidatos que tinham cursado sete anos em escola pública. Os candidatos que também se autodeclaravam pardos ou pretos recebiam bônus de 15% em sua nota final. O Programa de Bônus elevou o percentual de egressos de escola pública: 31% de 2007 para 45%, em 2009. Em 2013, o Programa de Bônus foi substituído por cotas, como definidas pela lei 12.711. A Lei

de Cotas previa o aumento do percentual de vagas reservadas, de 12,5%, no primeiro ano, até atingir 50%, em 2016. Além disso, o Vestibular foi substituído em 2014 pelo SiSU.

Atualmente, a Prograd tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas, em especial da Lei das Cotas, na mudança do perfil dos estudantes na UFMG no período 2012-2016. Os ingressantes com renda familiar de até 5 salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais concorridas, como Medicina e Direito. O percentual dos alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2016, alcançaram 55% de todo o corpo discente. A adesão ao SiSU elevou o percentual de alunos provenientes de outros estados, passando de 4,45% para 9,6%. Um terço dos alunos matriculados nos cursos de graduação concluíram ensino médio fora de Belo Horizonte – 21% são oriundos do interior de Minas e 9,6% de outros estados. Em 2016, apenas Roraima e Amapá não se encontravam representados no conjunto dos novos estudantes da UFMG. A soma de autodeclarados pretos e pardos com os que não desejam declarar é estável, variando de 54,5%, em 2012, para 53,6%, em 2013, 52,7%, em 2014, 52,1%, em 2015, e 54,9%, em 2016. Outro relevante estudo conduzido em 2015, demonstrou que o desempenho de estudantes que recebiam apoio social e admitidos após as políticas de bônus e cotas não diferiam dos demais, desconstruindo o argumento sobre a preocupação com a queda da qualidade acadêmica das universidades públicas com a adoção de ações afirmativas.

A UFMG, atenta à necessidade de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos de graduação, instituiu, entre 2014 e 2017, diversas ações estratégicas e de fomento que, somadas às ações de assessoramento já efetivadas junto a cursos e NDE's, visam assegurar tanto o aprofundamento da integração, nos currículos, de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental como, também, o aprimoramento da política de flexibilização curricular. Citam-se como exemplos: formação complementar de caráter transversal, fortalecimento das ações de extensão, integração entre graduação e pós-graduação, revisão das normas de graduação.

Em síntese, a situação atual da UFMG pode ser sumariada pelos números a seguir.

Território: área total: 8.769.690m². área construída: 639.777m², campi universitários: 04; unidades Acadêmicas: 20; unidades especiais: 03.

População Universitária - alunos da graduação (presencial e a distância): 33.242; alunos de pós-graduação: 14.013; educação básica e profissionalizante: 1.694. Total de alunos da UFMG: 48.949. Docentes Total: 2818, sendo 2543 com Doutorado. Técnicos e Administrativos em Educação: 4299.

Ensino de Graduação: Inscritos no Sisu/UFMG (2015/1): Inscritos para a 1ª chamada: 186.881. Inscritos no Sisu/UFMG (2015/2): Inscritos para a 1ª chamada: 176.285. Vagas na graduação presencial: 6.740. Cursos presenciais: 75 (Bacharelado: 57; Licenciatura: 03; Bacharelado e Licenciatura: 14; Curso Superior de tecnologia: 01). Ensino a distância - Cursos ofertados: 5. Número de alunos: 946.

Ensino de Pós-graduação - Bolsistas de produtividade CNPq: 693; Bolsas de iniciação científica: 1699; Artigos publicados em periódicos: 4.302 (2014). Cursos com conceito entre 5 e 7: 74,3% (2013). Segundo melhor conceito médio dos programas de pós-graduação das IFES Brasileiras: 5,3 (2010-2012). PG Stricto sensu - Cursos de Doutorado: 63; Alunos de Doutorado: 4.378; Cursos de Mestrado: 77; Alunos de Mestrado: 4.030. Lato sensu –Especialização - Número de cursos: 68; Número de alunos: 5.605. Total de alunos de pós-graduação: 14.013. Pesquisa e Inovação - Grupos de Pesquisa: 755. Programas institucionais de fomento à pesquisa: 12. Laboratórios: 600. Pesquisadores: 2500. Maior depósitos de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI): 738. Depósitos de patentes em âmbito internacional: 296. Contratos de licenciamento firmados: 78. Empresas graduadas em incubadora: 59. Empresas incubadas simultaneamente: 10.

Extensão - Programas: 174. Projetos: 1016. Cursos: 228. Total de bolsas de extensão implantadas em 2015: 915. Bolsas voltadas para ações afirmativas: 119. Ações de extensão: 1944. Convênios com instituições no exterior: 425. Assistência Estudantil - Vagas na moradia universitária (Belo Horizonte e Montes Claros): 740. Restaurantes universitários: 5.

UFMG nos Rankings: 1º lugar no Ranking Universitário Folha em Minas Gerais; 3º lugar no Ranking Universitário Folha no Brasil; 5º lugar no Shanghai Brasil e 401º lugar no Shanghai World (Criado em 2003 na Universidade Jiao Tong. Um dos principais rankings mundiais de ensino superior); 6º lugar no Nature Global Index Brasil; 12º lugar no Nature Global Index Latin America (O Nature Global Index compara os países e instituições ao redor do mundo que apresentam contribuições em pesquisas de alta qualidade); 4º lugar no US News Brasil; 6º lugar no US News Latin America; 316º lugar no US News World; 10º lugar no QS Brasil; 11º lugar no QS Latin America; 41º lugar no QS Bricks; 551º lugar no QS World.

I.2. A CPA da UFMG

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Minas Gerais (CPA-UFMG) permanece vinculada ao Gabinete do Reitor, com o apoio administrativo e os recursos financeiros necessários à sua atuação, e é constituída por:

I – o Diretor e o Diretor Adjunto da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), indicados pelo Reitor;

II – 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo CEPE, e nomeados por Portaria do Reitor, sendo:

- a) 6 (seis) servidores docentes;
- b) 5 (cinco) servidores técnico-administrativos em educação;
- c) 2 (dois) discentes;
- d) 1 (um) membro não pertencente aos quadros da UFMG.

Na indicação dos membros docentes foi observado o equilíbrio entre as áreas do conhecimento: Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Quanto ao segmento dos técnico-administrativos em educação, foram convidados para participar servidores que atuam em setores prioritários no processo de autoavaliação (Pró-reitorias de Graduação, Extensão, Recursos Humanos, Diretoria de Relações Internacionais, Centro de Comunicação, Diretoria de Avaliação Institucional).

Em relação ao segmento discente, os alunos foram indicados pelo DCE.

Dois professores com ampla experiência em Educação Superior e Avaliação foram convidados para serem os membros externos.

A Comissão possui as seguintes atribuições:

I – sistematizar as informações sobre a Universidade e seus cursos, visando à implementação dos processos avaliativos definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

II – examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional vinculados ao SINAES e emitir parecer a respeito dessa matéria, para conhecimento da comunidade universitária e da sociedade;

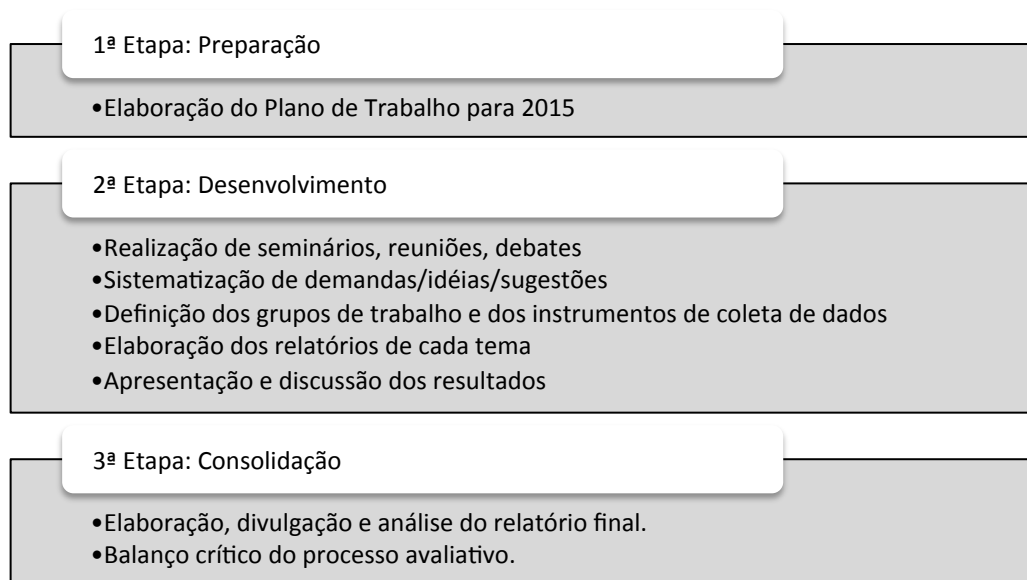
III – solicitar à Diretoria de Avaliação Institucional da UFMG a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição;

IV – submeter aos colegiados superiores da UFMG os projetos de autoavaliação institucional e o relatório final.

I.2. O planejamento estratégico da autoavaliação institucional na UFMG

A figura 1 mostra as etapas do processo de autoavaliação desenvolvido na UFMG

Figura 1 – Planejamento estratégico da Autoavaliação/CPA



O Plano de Trabalho da CPA foi elaborado incluindo as atividades previstas, definição de objetivos, cronograma, distribuição de tarefas, estratégias, metodologia e recursos.

A sensibilização buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e seminários.

Na etapa de desenvolvimento, A CPA reuniu-se periodicamente e buscou sistematizar demandas/ideias/sugestões para definir os temas prioritários da autoavaliação.

Foram organizados grupos de trabalho para o levantamento de informações, análise crítica e elaboração do relatório parcial, discutido na reunião geral da CPA. Em cada grupo de trabalho, as atividades foram definidas com detalhamento dos temas analisados, fontes de informação, cronograma e divisão do trabalho.

Para propor os grupos de trabalho, foram analisados os cinco eixos de avaliação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2014) e o Roteiro de Autoavaliação Institucional (2004) elaborados pelo Ministério da Educação (Conaes e Inep) de acordo com as dez dimensões avaliativas do Sinaes. O objetivo foi estabelecer os conteúdos essenciais do Relatório de Autoavaliação. Além disso, foram acrescentados temas específicos para a autoavaliação da UFMG.

Na proposta do responsável por cada tema, foi considerada a experiência do professor, servidor ou estudante com os temas. Cada responsável elaborou um relatório parcial apresentado e discutidos na CPA em fevereiro e março de 2016.

O quadro 1 apresenta os temas selecionados para estudos de avaliação conduzidos ou promovidos pela CPA em 2014 e 2015 e submetidos ao sistema e-MEC em março de 2015 e 2016, respectivamente.

Quadro 1 – Planejamento da autoavaliação (Relatórios parciais 2014 e 2015)

EIXO DE AVALIAÇÃO (DIMENSÃO SINAES)	TEMAS ESPECÍFICOS DA UFMG	
	2014	2015
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Avaliação Externa e Autoavaliação Visitas in loco: o que nos dizem os avaliadores externos Censo da Educação Superior	Autoavaliação a partir dos resultados do Sinaes Cursos de graduação da UFMG: o que nos dizem os avaliadores externos (visitas in loco)? Avaliação do ensino da graduação na UFMG Participação da comunidade e mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Responsabilidade Social da Instituição)	Ações afirmativas na UFMG A Responsabilidade social da UFMG e a relação com o SUS	Mudanças no Ensino de Graduação da UFMG: análise e perspectivas Educação superior e inclusão social: estudo sobre alunos concluintes na Educação superior brasileira e na UFMG. Avaliação das ações da Diretoria de Ação Cultural
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Comunicação com a Sociedade)	Extensão: descrição das ações Internacionalização: descrição das ações Pós-graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção Projetos de Inovação no Ensino A expansão da oferta de cursos e vagas (REUNI) Projetos de inovação e metodologia de ensino Programas de bolsas da Pró- reitoria de Graduação (PROGRAD) - 2014 Comunicação com a Sociedade - Atuação interna e externa do Centro de Comunicação (CEDECOM)	Extensão: avaliação das ações Internacionalização: avaliação das ações Pós-graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção Formação de professores da UFMG no laboratório de criação de materiais didáticos para a educação a distância: experiências, desafios e perspectivas A educação a distância no contexto educacional da UFMG: dimensão histórica, ações de planejamento e de avaliação Assistência Estudantil: avaliação das ações da FUMP Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Faculdade de Medicina
Eixo 4 – Políticas de Gestão (Políticas de Pessoal, Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira	Situação, desafios, propostas e planejamento da PRORH Organização e Gestão da UFMG Sustentabilidade Financeira	Sustentabilidade financeira
Eixo 5 - Infraestrutura Física	Avaliação externa e questionário do estudante (Enade)	Avaliação da infraestrutura: visão dos técnicos administrativos (PROPLAN)

Em 2016, a CPA propôs elaborar o Relato Avaliativo do PDI da UFMG 2013-2017, sendo o terceiro relatório parcial de autoavaliação da atual CPA, a ser postado no sistema e-MEC em março de 2017.

Em 2017, a UFMG deve receber a visita de avaliação externa do MEC, parte do processo de Recredenciamento da instituição, e elaborar o novo PDI para o quinquênio 2018-2022, dois processos interrelacionados. Na avaliação do MEC, o PDI atual (2013-2017) será analisado quanto à coerência entre o que foi proposto, o que foi realizado e como foi avaliado. Avaliar o PDI atual, interna e externamente, será o início da discussão para subsidiar a elaboração do novo PDI.

A CPA elaborou também o Relato Institucional, parte integrante dos documentos a serem fornecidos durante a *visita in loco*.

Outro tema abordado pela CPA em 2016 foi a proposição de um projeto de formação interprofissional para os cursos da saúde, ideia originada no V Encontro da CPA com coordenadores de colegiados e membros de NDE.

Referências Bibliográficas

- Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 17/09/2014.
- Brasil (2014). Lei nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e outras providências CONGRESSO, N. Brasília: DOU 2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Nota Técnica Nº 65 2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC.

II METODOLOGIA

II.1. Construção das informações sobre avaliação na UFMG

Reconhecendo a existência e a legitimidade de diversas iniciativas de autoavaliação que acontecem na universidade, a composição da CPA foi pensada visando a representatividade da comunidade acadêmica (professores de diferentes áreas do conhecimento, servidores técnico-administrativos e estudantes), assim como a articulação entre setores essenciais no processo avaliativo na UFMG, como: Pró-Reitorias (Graduação, Extensão e Recursos Humanos), Diretorias (de Relações Internacionais, de Ações culturais, de Educação à Distância e de Inovação e metodologias de Ensino), Centro de Comunicação (Cedecom), Fundação Mendes Pimentel (FUMP) e Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Com esta composição foi possível obter informações e elaborar estudos de avaliação sobre os temas definidos em cada eixo avaliativo.

Foram utilizados como fonte ou instrumentos e procedimentos de coleta de dados:

- Dados estatísticos: Censo da Educação Superior, Cadastro e-MEC, Plataforma Sucupira Capes da CAPES.
- Questionários do estudante do Enade.
- Relatórios e estudos sobre o Enade.
- Relatórios de avaliação externa (Relatórios de visitas in loco).
- Entrevistas com membros da comunidade acadêmica.
- Questionário de avaliação discente da UFMG.
- Relatórios de seminários realizados com coordenadores de colegiado e membros de NDE, com aplicação de questionários.
- Análise de documentos: PDI, Programa UFMG Contemporânea, Instrumentos de avaliação do Inep, Boletins Informativos, Projetos pedagógicos dos cursos.

A avaliação do PDI da UFMG 2013-2017 pela CPA, em 2016, compreendeu as seguintes etapas:

- 1) Análise da estrutura do PDI e comparação com documentos de referência.
- 2) Solicitação aos setores envolvidos na implementação das ações propostas que analisassem o que estava previsto, o que foi realizado, o que não foi realizado e porquê.
- 3) Elaboração do Relato Avaliativo do PDI pela CPA com base no material do item 2.
- 4) Análise Crítica do Capítulo 3 – Diretrizes Gerais

A participação da comunidade acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional. Na UFMG, essa participação faz parte da própria estrutura organizacional, baseada em órgãos colegiados com representantes eleitos e orientada pela escuta qualificada e pelo diálogo permanente. Além disso, a CPA promoveu encontros para discussão dos resultados da avaliação institucional, interna e externa, abertos à participação da comunidade acadêmica e com ampla divulgação pelas mídias institucionais (Boletim da UFMG, Rádio UFMG e TV UFMG). Durante esses encontros, os representantes da CPA relatam as observações dos participantes para incorporá-las no Relatório Anual da CPA. Em 2014, foram realizados grupos focais com estudantes concluintes participantes do Enade buscando compreender sua motivação para participar do mesmo. Em 2015, dois questionários foram elaborados para levantamentos do estado atual dos projetos pedagógicos dos cursos e a atuação dos NDEs. Em 2016, a CPA começou a pesquisa para elaborar um questionário mais amplo visando a participação da comunidade na avaliação do PDI. Este questionário deverá ser disponibilizado em 2017 e subsidiará a comissão que elaborará o novo PDI.

II.2 - Atividades desenvolvidas pela CPA

II.2.1 – Atividades da CPA em 2014

O início das atividades da nova CPA (gestão 2014-2017) foi marcado pela realização do “I Encontro entre CPA e Colegiados dos Cursos de Graduação da UFMG: Autoavaliação e Qualidade da Educação Superior”, no dia 13 de outubro de 2014, de 8:30 às 12:00h, no auditório da Biblioteca Universitária, com o objetivo de promover a discussão e a aproximação dos diversos atores envolvidos na autoavaliação. A programação contou com a participação dos ex-diretores da DAI Profa. Maria do Carmo Lacerda (FAE UFMG) e Prof. Paulo Modenesi (Engenharia Metalúrgica UFMG) e da Profa. Cláudia Griboski (Diretora de Avaliação da Educação Superior do INEP) com a palestra Desafios da avaliação na Educação Superior.

As reuniões da CPA ocorreram com frequência mensal, entre setembro de 2014 e março de 2015. Em novembro, o Prof. Cury apresentou o Sinaes. Em dezembro, O Prof. Ricardo Takahashi, pro-reitor de Graduação, realizou uma palestra com o tema “Para quê serve a universidade?”. Nesta reunião também foram apresentados e discutidos os resultados do Enade 2013. Em fevereiro e março de 2015, os relatórios parciais de cada tema abordado na autoavaliação 2014 foram

discutidos. O consolidado desse trabalho foi apresentado no Relatório Parcial da CPA (2014) divulgado para a comunidade acadêmica e a sociedade no site da UFMG.

II.2.2 – Atividades da CPA em 2015

Para alcançar os objetivos relacionados à avaliação dos cursos de graduação, a CPA organizou diversas atividades, entre outubro de 2014 e dezembro de 2015, tendo como público-alvo principal os coordenadores de colegiado e os membros de NDE. Também participaram das atividades os participantes da CPA e representantes da Prograd.

Atividades:

- II Encontro entre CPA, colegiados e NDE dos cursos de graduação da UFMG: autoavaliação dos cursos (maio de 2015).
- III Encontro entre CPA, colegiados e NDE dos cursos de graduação da UFMG: Oficina CPA/DAI/GIZ sobre Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Congresso de Ensino (outubro de 2015).
- Participação em eventos e reuniões de NDE/colegiados (Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia, Medicina, Fisioterapia, Engenharias).
- Reuniões individuais com coordenadores de colegiado para discussão dos resultados do Enade 2013.
- Acompanhamento de visitas de avaliação dos cursos ocorridas em 2014 e 2015 (Artes Visuais, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Direito, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas, Engenharia de Sistemas, Psicologia/Licenciatura)
- Reuniões mensais da CPA com discussão dos temas definidos para estudos de avaliação em 2015.

II.2.3 – Atividades da CPA em 2016

- IV Encontro entre CPA, colegiados e NDE dos cursos de graduação da UFMG: autoavaliação dos cursos: Educação a Distância. (Julho 2016)
- V Encontro entre CPA, colegiados e NDE dos cursos de graduação da UFMG: Formação em Extensão e Nova Configuração Curricular na UFMG: caminhos para consolidar a interdisciplinaridade nos cursos de graduação (Setembro 2016).

- Mesa-redonda: Valorização da docência e do professor universitário. Convidada: Profa. Eliana Amaral – UNICAMP. Participantes: Pró-reitor de Graduação, Ricardo Takahashi, o coordenador da pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, Elton Antunes, e Cristina Alvim, presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG. O evento foi acompanhado por professores, diretores de unidade, chefes de departamento, coordenadores de colegiado e membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), órgãos de apoio aos colegiados.(Abril 2016)
- Participação em eventos e reuniões de NDE/colegiados (Direito e Farmácia).
- Reuniões individuais com coordenadores de colegiado para discussão dos resultados do Enade 2014.
- Reuniões mensais da CPA com discussão dos temas definidos para estudos de avaliação em 2016.

II.3. Elaboração e divulgação dos estudos sobre avaliação

O Relatório da CPA foi elaborado após a discussão dos resultados nas reuniões da CPA. Além de ser submetido ao e-MEC, é divulgado na página eletrônica da UFMG (https://www.ufmg.br/dai/quem_somos.php), no formato de PDF navegável para facilitar a leitura. O Cedecom é uma parceria importante da CPA na etapa de divulgação dos resultados. Os resultados, incluindo sugestões de ações a serem implementadas, foram apresentados ao Reitor.

III DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

III. 1. RELATO AVALIATIVO DO PDI DA UFMG 2013-2017

O atual PDI da UFMG (2013-2017) foi elaborado ao final da gestão do Reitor Clélio Campolina e, conforme consta em ata do Conselho Universitário de 30 de abril de 2013, foi aprovado sem prejuízo de realização de outra reunião para discussão e aperfeiçoamento de seu teor. Foi proposto como documento prospectivo e de referência sobre as metas, objetivos e ações a serem desenvolvidas pela UFMG no quinquênio 2013-2017. Em abril de 2018, a UFMG deverá aprovar o novo PDI.

A base legal para elaboração de um PDI é o Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

O PDI é uma exigência legal, mas é preciso reconhecer sua centralidade no planejamento institucional. Sua utilidade pode resumir-se em seis aspectos¹:

- 1) analisar e gerir a mudança;
- 2) traçar as vias de desenvolvimento coerente;
- 3) melhorar os resultados;
- 4) permitir a integração entre áreas e unidades;
- 5) servir de instrumento de aprendizagem; e
- 6) servir de instrumento de análise global dos caminhos trilhados pela Instituição.

O PDI UFMG 2013-2017 está organizado em cinco capítulos:

- Capítulo 1 – PERFIL INSTITUCIONAL
- Capítulo 2 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
- Capítulo 3 – DIRETRIZES GERAIS
- Capítulo 4 – PROJETOS ESTRUTURANTES
- Capítulo 5 – PROJETOS SETORIAIS
- Capítulo 6 – AS FUNDAÇÕES DE APOIO À UFMG

A avaliação do PDI da UFMG 2013-2017 pela CPA compreendeu as seguintes etapas:

- 5) Análise da estrutura do PDI e comparação com documentos de referência.

¹ <http://www.ufrgs.br/pdi>

- 6) Solicitação aos setores envolvidos na implementação das ações propostas que analisassem o que estava previsto, o que foi realizado, o que não foi realizado e porquê.
- 7) Elaboração do Relato Avaliativo do PDI pela CPA com base no material do item 2.
- 8) Análise Crítica do Capítulo 3 – Diretrizes Gerais (Profa. Marisa Duarte)

III.1.1. Análise da Estrutura do PDI e Comparação com Documentos de Referência

As comparações entre a estrutura do PDI da UFMG 2013-2017 e a estrutura de PDI proposta pelo MEC (Decreto 5.773), com o plano de ações prioritárias da Gestão “UFMG contemporânea” (2014-2017) e com o PDI da UFRGS 2016-2016 são mostradas nos quadros 1 a 3.

Quadro 1 – Comparação entre a estrutura do PDI da UFMG e a estrutura de PDI proposta pelo MEC

O Art. 16. do Decreto 5.773 estabelece que o PDI deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:	O PDI da UFMG contempla este item?
I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso.	SIM. Capítulos 1,4,5 e 6
II - projeto pedagógico da instituição	SIM. Capítulo 2.
III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede.	Parcialmente. O cronograma de desenvolvimento das ações não está apresentado. Não há planejamento para abertura de cursos e aumento de vagas.
IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos.	Parcialmente. Capítulo 2.
V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro.	NÃO.
VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos.	SIM. Capítulo 1.

<p>VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:</p> <p>a) biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;</p> <p>b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e</p> <p>c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.</p>	<p>NÃO.</p> <p>Parcialmente. Capítulo 4.</p> <p>NÃO. Existe o plano, mas não está no PDI.</p>
<p>VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial.</p>	<p>Parcialmente. Capítulo 5.</p>
<p>IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado.</p>	<p>SIM. Capítulo 5.</p>
<p>X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.</p>	<p>NÃO</p>

Observa-se que o PDI da UFMG contempla muito mais do que o solicitado pelo MEC, mas que faltam alguns itens. No início do documento é feita referência ao Relatório de Gestão e ao Relatório de Atividades como documentos que complementam o PDI. As informações solicitadas nos itens V, VII e X constam nesses Relatórios.

Quadro 2 - Comparação do conteúdo do PDI com o plano de ações prioritárias “UFMG contemporânea” (Gestão 2014-2017)

Ações prioritárias UFMG Contemporânea		As ações implementadas estão ALINHADAS com o PDI?	As ações implementadas estão PREVISTAS no PDI?
ACADÊMICO	Reconfiguração dos currículos de graduação Reestruturação das Licenciaturas Formação avançada Formação em Extensão Formação complementar para	SIM	No PDI, as ações sobre currículo estão pouco definidas, apesar de ampla discussão teórica sobre o

	<p> cursos noturnos Formação transversal</p>		tema.
	<p>Política de Periódicos</p>	SIM	SIM
	<p>Laboratórios multiusuários</p>		
	<p>Apoio a novos docentes</p>		
	<p>Programa de melhoria da produção científica</p>		
	<p>Nova política de inovação – novo marco</p>	SIM	NÃO
	<p>Participa UFMG</p>	SIM	NÃO
	<p>Educação Básica</p>		
	<p>Fórum Cultura Científica</p>		
	<p>Avaliação Extensão</p>		
	<p>Redes interdisciplinares e interinstitucionais de Extensão</p>		
	<p>Programa Muitas Culturas</p>	SIM	NÃO
	<p>Acervos artísticos</p>		NÃO
	<p>Campus Cultural Tiradentes</p>		SIM
	<p>Seminários IEAT</p>	SIM	SIM
ASSUNTOS ESTUDANTIS	<p>Política de assistência Moradia 3 Código de convivência discente Resolução espaço DAS Avaliação evasão Regime especial</p>	SIM	No PDI, as ações sobre assuntos estudantis estão pouco definidas.
GESTÃO ADMINISTRATIVA	<p>Simplificação de processos</p>	SIM (Item 5.6.2)	SIM
	<p>ReCAD</p>		NÃO
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	<p>Novo site Institucionalização do Cedecom Proposta de veiculação de marcas e propagandas da/na UFMG UFMG sem papel Diarq DGI Categorização de acesso a documentos</p>	SIM	Parcialmente
INTERNACIONALIZAÇÃO	<p>Seminários Diversificação de parcerias Acolhimento ao estudante e visitante estrangeiros Secretaria de apoio para PG Artista refugiado</p>	SIM	SIM
			NÃO
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA	<p>Acesso e identificação Central de eventos e Núcleo audiovisual Food trucks Ciclovía CAD 3 e Moradia 3 Rotas acessíveis</p>	SIM	Parcialmente
RECURSOS HUMANOS	<p>Novos parâmetros para distribuição de vagas docentes</p>	SIM	Parcialmente

	30 horas Dimensionamento da força de trabalho Redistribuição FGs Avaliação desempenho TAEs NICAD Mestrado profissional		
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SBPC 90 anos UNESCO Programa ex-aluno de captação de recursos	SIM	Parcialmente
INCLUSÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Proibição trote Nome social Direitos Humanos NAI Saúde Mental	Estão alinhados com a missão da UFMG no PDI	Não estavam previstos no PDI

Observa-se que as ações prioritárias implementadas pela atual Gestão estão alinhadas com o PDI, e como seria esperado pela característica mais abrangente do PDI, estão melhor definidas. É possível observar diversas ausências importantes no PDI, especialmente no que se refere a INCLUSÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA e a articulação/integração dos setores.

Quadro 3 – Comparação do Perfil Institucional (Missão, Visão e Princípios) da UFMG e da UFRGS

	UFMG	UFRGS
FINALIDADES	A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípuas geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de classe mundial.	VISÃO: “Ser uma Universidade reconhecida pela sociedade como de excelência em todas as áreas de conhecimento em âmbito nacional e internacional”.
MISSÃO	Visando ao cumprimento integral das suas finalidades, e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, visando o	“Desenvolver educação superior com excelência e compromisso social, formando indivíduos, gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes

	desenvolvimento econômico, a diminuição de desigualdades sociais e a redução das assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável.	de promover transformações na sociedade”.
PRINCÍPIOS	<p>A gestão responsável de uma instituição de ensino superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem, dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro. Essa Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, sem corporativismo, em nome do interesse público e do futuro do país. Para tanto, continuamente, deve orientar-se pelos seguintes princípios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infraestrutura e recursos humanos adequados a esse propósito. 2. Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional. 3. Gratuidade do ensino, entendida como a inexistência de anuidade ou mensalidade, nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado. 4. Afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição. 5. Defesa permanente da autonomia universitária. 6. Interação continuada com a sociedade. 7. Integração, articulação e compromisso com os demais níveis e graus de ensino. 8. Consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional. 9. Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas. 10. Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição. 11. Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da comunidade universitária. 12. Respeito à diversidade das forças que constituem a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de funcionários técnico-administrativos, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autonomia universitária 2. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão 3. Ética 4. Pluralidade e democracia 5. Diversidade 6. Inclusão 7. Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais 8. Liberdade acadêmica 9. Excelência 10. Sustentabilidade 11. Responsabilidade ambiental 12. Compromisso social 13. Responsabilidade social 14. Promoção do bem-estar social 15. Valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes 16. Transparência 17. Inovação 18. Internacionalização 19. Interdisciplinaridade
DIRETRIZES GERAIS	<p>As universidades de classe mundial e o desenvolvimento nacional</p> <p>A internacionalização do ensino superior e a busca da</p>	

	excelência: características recentes A UFMG e o projeto de universidade de classe mundial	
Objetivos	São apresentados nos capítulos 4 e 5, fragmentados em setores e projetos.	São gerais, bem amplos e transversais
Metas	São apresentados nos capítulos 4 e 5, fragmentados em setores e projetos.	Não apresenta e delega aos Planos de Gestão a responsabilidade pela elaboração.
Ações	São apresentados nos capítulos 4 e 5, fragmentados em setores e projetos.	
Indicadores	Não apresenta	

Observa-se diferenças entre a apresentação do Perfil Institucional da UFMG e da UFRGS. Na UFRGS, o processo de elaboração do PDI foi composto por elementos propostos em estudos de planejamento estratégico em universidades, atentando-se às orientações do MEC, sendo importante definir alguns conceitos fundamentais:

- **Missão**

A missão pode ser considerada como o objetivo superior que esclarece a finalidade da instituição e justifica a sua razão de existir. A definição da missão é parte primordial do plano estratégico.

- **Visão**

A visão é a declaração do objetivo principal da instituição, e deve representar suas aspirações sobre o futuro. Além disso, deve ser pautada por um objetivo realista, crível, e que envolva os colaboradores da instituição.

- **Princípios e Valores**

Princípios são preceitos, leis ou pressupostos considerados universais que definem as regras pela qual uma organização se orienta. Enquanto que os valores devem fomentar os princípios ou crenças pelas quais as organizações operam e que guiam seu comportamento.

- **Temas**

Os temas são uma forma de discutir assuntos transversais às áreas finalísticas e de apoio. É importante a formação de grupos de trabalho interdisciplinares para fomentar percepções diferentes sobre as ações propostas para que estas venham a aferir propostas de outros setores.

- **Objetivos Estratégicos:** a partir das discussões sobre os temas e das contribuições da comunidade sobre ações, pode-se agrupar as ações em objetivos estratégicos comuns e priorizá-las. Objetivo Estratégico: considerado amplo e em nível corporativo, é o alvo que se quer alcançar ao longo de um determinado período de tempo, com determinados parâmetros, podendo conter uma ou mais estratégias de ação.

- **Objetivo Tático (ou Ações):** derivado dos objetivos estratégicos, representam ações, iniciativas ou até projetos em nível médio, de unidades ou gerências de uma organização. É através destes objetivos que o objetivo estratégico é executado.
- **Meta:** é a definição em termos quantitativos, e com um prazo determinado de onde se quer chegar com uma ação ou iniciativa originadas dos objetivos.
- **Indicador:** serve para mensurar os resultados e gerir o desempenho de uma determinada ação ou iniciativa ou ainda de um objetivo.
- **Plano de Ação:** contém os objetivos táticos traduzidos em as ações/iniciativas, suas respectivas metas e indicadores de cada unidade ou gerência da organização, derivados dos objetivos estratégicos.

Nesta análise da estrutura do PDI, concluímos que há variações possíveis e a primeira etapa do processo de elaboração do novo PDI da UFMG deverá ser definir o modelo de estruturação a ser desenvolvido.

III.1.2. Relato Avaliativo do PDI – O que já foi realizado? O que ainda não foi realizado e justificativa. O que precisa ser revisto no próximo PDI?

O Relato Avaliativo do PDI consiste em um relatório de autoavaliação com informações das ações institucionais que subsidiam as melhorias na Instituição principalmente no tangente às políticas acadêmicas da UFMG. Pretende-se evidenciar a interação entre o planejamento institucional, suas atividades acadêmicas, progressos e resultados.

O planejamento da avaliação do PDI pela CPA compreendeu as seguintes etapas:

1. Solicitação de análise do PDI pelos diversos setores envolvidos na sua implementação gestão. (Abril 2016) – respondendo às perguntas sobre as ações previstas no PDI: O que já foi realizado? O que ainda não foi realizado e justificativa. O que precisa ser revisto no próximo PDI?
2. O material enviado pelos setores foi agrupado em nove temas e distribuído entre os membros da CPA para a produção de uma síntese (Junho 2016)
3. Apresentação e discussão da síntese com elaboração de propostas:

TEMA	RESPONSÁVEL NA CPA	Data da apresentação
1. ASSUNTOS ESTUDANTIS	Lúcia	22/11
2. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Gilberto	
3. EXTENSÃO	Natália	
4. ENSINO	Ana, João, Luiz e Cristina	29/11
5. PESQUISA	Afonso e Cândido	
6. INTERNACIONALIZAÇÃO	Luciana	
7. AÇÕES CULTURAIS	Mauro	06/12
8. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Flávio e Ligia	
9. ADMINISTRAÇÃO	Micheline e Luiz	

Houve alguns setores que foram consultados mas não enviaram o relato à CPA.

ASSUNTOS ESTUDANTIS: ASSISTÊNCIA E AÇÕES AFIRMATIVAS

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) foi criada em 2014 com a responsabilidade de elaborar a política de assistência estudantil, bem como acompanhar a sua execução e avaliação, tendo como competências:

I - elaborar, coordenar e avaliar a execução de programas, projetos e ações para compor a política de assuntos estudantis;

II - elaborar, coordenar e avaliar programas e ações de fomento a projetos acadêmicos do corpo discente;

III - elaborar, coordenar e avaliar programas, projetos e ações de assistência estudantil, a serem executados pela Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP;

IV - elaborar, coordenar e avaliar programas e projetos de ações afirmativas ligados a assuntos estudantis

V – promover o permanente combate ao preconceito e às opressões de qualquer natureza, zelando pela equidade de direitos da comunidade estudantil

VI - coordenar as atividades de suas diretorias administrativas, assessorias, coordenadorias e comissões de trabalho;

VII - manter articulação acadêmica com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), as demais Pró-Reitorias e quaisquer setores da UFMG e da comunidade externa para estabelecer convênios, acordos e parcerias visando à implementação e à articulação da política de assuntos estudantis.

Para realização de tais competências foram estabelecidos três eixos estruturantes: 1) a execução de uma política de ações afirmativas, 2) o apoio ao desenvolvimento de projetos acadêmicos propostos por estudantes; e 3) a expansão do programa da UFMG de assistência a estudantes em vulnerabilidade.

A FUMP assumiu a função de executora de políticas aprovadas pela PRAE, especialmente a política de assistência estudantil, cujo propósito é garantir ao estudante o seu direito às plenas condições socioeconômicas e culturais para a conclusão do curso.

Realizações da PRAE

I Eixo Estruturante: Política de Assistência Estudantil

I.1 Restaurantes universitários

São cinco restaurantes universitários. Os estudantes em situação socioeconômica menos favorecida podem ter refeições gratuitas ou parcialmente subsidiadas.

I.2 Moradias universitárias

A UFMG oferece moradia universitária em Belo Horizonte e Montes Claros. Em Belo Horizonte são 582 vagas e em Montes Claros são 108.

São oferecidas bolsas Auxílio-moradia aos estudantes que aguardam o processo de seleção para vagas nas moradias universitárias.

Está em construção um novo bloco de moradias em Belo Horizonte.

I.3 Atenção à saúde

Atendimentos médico, odontológico e psicológico gratuitos são disponibilizados para os estudantes assistidos pela UFMG

I.4 Bolsas

O Programa de Bolsas, que visa a complementação financeira de estudantes assistidos, oferece: auxílio-transporte, auxílio à educação pré-escolar (para filhos de estudantes) e auxílio para aquisição de material acadêmico.

As tabelas 1 e 2 mostram dados referentes ao grupo de estudantes atendidos.

Tabela 1: Estudantes assistidos de acordo com a procedência (2014 e 2015)

Procedência	2014	2015
Belo Horizonte	5586	4615
Interior de Minas	1323	2458
Outros estados	103	474
Total	7012	7547

Tabela 2: Estudantes atendidos por nível de classificação (*)

Categoria	Nível I	Nível II	Nível III
Graduação	4420	1096	1407
Especialização	91	25	35
Mestrado	115	53	59
Doutorado	33	10	14
Ensino Médio	108	43	38
Total	4767	1227	1553

(*) Nível I: baixa renda com restrição de oportunidades de capacitação e inclusão; Nível II: baixa renda com dificuldades de permanência na UFMG; Nível III: necessidade de apoio para

transposição de algum impedimento para o bom desempenho acadêmico

II Eixo Estruturante: Política de Ações Afirmativas

II.2 Projeto Redigir: Oficina de leitura e produção de Textos

Tem como objetivo aperfeiçoar a formação acadêmico-científica de estudantes da UFMG, habilitando-os (as) como leitores (as) e produtores (as) de textos dos principais gêneros acadêmicos.

II.3 Projeto Giz: Percursos Formativos Discentes

Tem como objetivo apoiar ao estudante em sua formação, auxiliando-o a ser protagonista da sua trajetória na UFMG e apresentando-lhe ferramentas que poderão potencializar seu desenvolvimento.

Oferece Oficina de Leitura e Escrita Acadêmica e Oficina de Gestão do Tempo e Organização Pessoal.

II.4 Programa UFMG Seu Lugar

Oferece Bolsa Estudantes Mães/Pais àqueles assistidos pela UFMG e em risco de evasão ou de abandono da Universidade.

II.5 Programa de Apoio a Ações Afirmativas

Chamada Pública para seleção de propostas de ações afirmativas apresentadas por estudantes e executadas no âmbito da UFMG. Em 2016, foi lançada a Chamada PRAE 01/2016.

III Eixo Estruturante: política de apoio a projetos acadêmicos de estudantes

A Chamada Pública 02/2016 foi lançada pela PRAE para financiamento de propostas de projetos acadêmicos elaboradas, apresentadas e executadas por estudantes. Foram mais de 30 propostas aprovadas para realização em 2016.

Articulação da PRAE com outros órgãos da UFMG

Articulação com a Pró-reitoria de Graduação: resultou em proposição de Resoluções aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG para criar melhores condições para a travessia da vida acadêmica. São exemplos a resolução que criou o Programa de Inclusão Acadêmica e a que propôs novas normas acadêmicas para estudantes em situação especial (sofrimento psíquico, doenças graves etc) e para estudantes mães/pais.

Articulação com a Pró-reitoria de Extensão: inserção da PRAE nas duas redes coordenadas pela PROEX: a Rede Juventude e a Rede UFMG de Saúde Mental, com a realização da Semana de Saúde Mental da UFMG e do Projeto Domingo no Campus.

Articulação com a Ouvidoria da UFMG: parceria para aprimorar e ampliar o exercício dos direitos dos cidadãos, e o combate às opressões no âmbito da UFMG.

Articulação com a Coordenaria de Assuntos Comunitários (CAC): parceria para atendimento à comunidade universitária, com intervenção social e apoio técnico e logístico para suas demandas de atividades acadêmicas, culturais, políticas e sociais.

Articulação com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI): parceria para contribuir no refinamento das relações acadêmicas com estudantes internacionais da UFMG

Articulação com Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI): parceria para ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O que foi realizado?

Em julho de 2014, por meio da Portaria nº 130, o magnífico Reitor da UFMG, instituiu Comissão Especial para, propor ações para acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da UFMG. Em decorrência desse movimento criou-se em 2015 o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, do qual passa a fazer parte o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) e a equipe de Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais (TILSP). As atividades desenvolvidas desde então tiveram como base o relatório apresentado pela Comissão Especial e foram direcionadas para a implementação das ações e diretrizes nele definidas, bem como para a estruturação do NAI. Atualmente a equipe do NAI é composta por dois professores coordenadores (Terapia Ocupacional e Engenharia Mecânica), 5 Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, 3 técnicos administrativos em educação e 15 bolsistas de graduação de diferentes áreas do conhecimento. O NAI, juntamente com as Pró Reitorias de Graduação e Pós-graduação implantaram, desde 2014-1, no sistema de matrícula o Censo da Pessoa com Deficiência na UFMG. A partir das informações coletadas pelo Censo, o NAI entrou em contato com todos os alunos calouros com deficiência para avaliação inicial e definição de possíveis estratégias a serem implementadas para melhoria das condições acadêmicas no âmbito da UFMG. Com relação aos servidores, o NAI trabalhou diretamente com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, criando um fluxo de trabalho e encaminhamento de servidores com deficiência para atendimento do NAI, bem como a participação
--

deste núcleo no processo de admissão dos técnicos administrativos em educação com participação efetiva na equipe multiprofissional que acompanhará esse servidor não só no período de estágio probatório, mas durante seu percurso de trabalho na instituição. Para todo o público alvo foram realizadas ações nos seguintes âmbitos:

Acessibilidade atitudinal e programática – 1) Atendimento prioritário: Trata-se de tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Neste aspecto, todos os locais de atendimento ao público na UFMG têm sinalização com indicação de atendimento prioritário. O NAI ofereceu continuamente no período o serviço de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e suporte para o atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla. 2) Eventos institucionais acessíveis: O NAI juntamente com os órgãos acadêmicos da UFMG trabalhou no período avaliado, na produção e oferta dos eventos institucionais em formato acessível (Festival de Verão, Mostra das Profissões, Semana do Calouro, Semana do Conhecimento da UFMG). 3) Estimulo ao desenvolvimento de projetos voltados para a temática acessibilidade e inclusão: No final de 2015 foi lançado o edital NAI01/2015, para seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática para destinação de 45 bolsas de graduação. Foram selecionados 8 projetos da FAE, CP, ARQ, ICA, ODONTO, que iniciaram seus trabalhos em fevereiro de 2016. 4) Aperfeiçoamento do processo de seleção (concurso público) de servidores com deficiência: Definição de novo processo de seleção, proposição de aperfeiçoamento do trabalho da comissão de acompanhamento do servidor na tentativa de minimizar dificuldades de lotação e adaptação do servidor ao seu local de trabalho. Em 2015 foi realizado o primeiro concurso público neste novo desenho.

Acessibilidade Arquitetônica, de mobiliário e dos transportes - O NAI tem desenvolvido nos últimos dois anos adequações nos projetos arquitetônicos e urbanísticos da instituição, envolvendo a formulação de ações de acessibilidade, com identificação das prioridades de execução bem como a definição de cronograma e reserva de recursos para sua implantação. A frota de veículos de transporte coletivo da instituição é acessível, garantindo o seu uso por todas as pessoas. As áreas de estacionamento têm vagas reservadas para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas vigentes de acessibilidade. Quanto ao mobiliário adaptado, o NAI comprou e disponibilizou um número adequado de carteiras adaptadas para todas as unidades da UFMG. Ainda sobre este aspecto, foi desenvolvido um dispositivo facilitador de alcance para acionamento de botão do elevador nas dependências do prédio da FAFICH e o sistema de rádio com Rfidchip que tem a finalidade de localização dos pontos de ônibus da UFMG, em fase de teste.

Acessibilidade instrumental, metodológica e pedagógica- 1) Confecção e disponibilização de

dispositivos de tecnologia assistiva (ajudas técnicas) Esta atividade é desenvolvida pelo NAI em parceria com outros setores da instituição, a partir da entrevista e acompanhamento de alunos e servidores com deficiência no seu local de trabalho. Neste período foram confeccionados os seguintes dispositivos:

- Andador com base triangular: oferecendo maior solidez facilidade para marcha. O diferencial deste projeto é o suporte para o antebraço na parte superior de apoio e freios que geram maior segurança.
- Muleta canadense adaptada: para a preensão palmar e estabilidade, utilizando-se de um engrossador e placas de acrílico.
- Suporte de monitor adaptado para um computador: objetivando a melhora da visualização de imagens e postura ergonômica;
- Mesa para cadeira de rodas: semelhante à cadeira de classe (com mesa dobrável).

2) Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV)-NAI

O CADV presta serviços de acessibilidade informacional dentro da estrutura organizacional do Sistema de Bibliotecas da Universidade. Conta com três cabines acústicas, softwares específicos, aparelhos e recursos tecnológicos adequados à necessidade desta população. Atua na produção de material didático adaptado para os diversos cursos da Universidade principalmente por meio da digitalização, da transcrição para o braille, de gravações em áudio, da impressão de textos ampliados, entre outros, de acordo com as necessidades dos usuários. Oferece também recursos tecnológicos ao docente, que pode solicitar auxílio, para que seus alunos realizem avaliações, pesquisas e trabalhos acadêmicos.

3) Serviço de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - O NAI conta atualmente com cinco intérpretes, com previsão de lançamento de um novo edital para o provimento de 3 vagas. A jornada de trabalho da equipe é dividida entre interpretação, preparação/estudo e tradução, e atividades administrativas. No entanto a atividade de interpretação é considerada prioritária em relação à de tradução. Na atividade de interpretação a equipe atende sala de aula (ensino básico, graduação e pós-graduação), defesas, eventos solenes, interpretação de balcão, reuniões de colegiados, grupos de estudo, cursos, conferências e processos seletivos. *Acessibilidade digital e das comunicações* - Um novo site que contempla as questões de acessibilidade foi desenvolvido pelos órgãos responsáveis e está em fase de teste e em breve deve entrar em uso efetivo. A rádio e TV UFMG tem pautado sua atuação na comunicação acessível, oferecendo, sempre que possível, tradução para a LIBRAS, áudio descrição, entre outros aspectos.

O que não foi realizado? Justificativa

Acessibilidade Arquitetônica, de mobiliário e dos transportes

Encontra-se em fase de estudo o Projeto Rotas Acessíveis nas áreas urbanas do Campus UFMG – Pampulha. Este projeto está em fase de detalhamento pelo Departamento de Planejamento Físico da UFMG, de forma a permitir sua efetivação em um período de médio prazo. Registra-se ainda, o desenvolvimento do Projeto de Acessibilidade do entorno do Campus Pampulha com cronograma de execução já estabelecido e finalização prevista para 2017. Deve-se ressaltar que estas alterações são de grande monta e precisam de maior tempo para execução, sendo necessária a disponibilização de recurso da instituição para tal fim. O NAI aguarda doação de veículo adaptado que auxiliará no deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida nos seus espaços. Algumas áreas de embarque e desembarque ainda necessitam de adequação e estão previstas nos projetos citados anteriormente. Está em estudo o plano de implantação da acessibilidade de transporte vertical nas unidades. Este plano envolve a substituição de elevadores que não atendem as normas específicas, a colocação de elevadores ou de plataformas elevatórias em algumas unidades e a adaptação de outros.

Bibliotecas

As bibliotecas receberão em 2017, equipamentos de informática com todos os recursos de acessibilidade necessários às pessoas com deficiência visual (Projeto Biblioteca Acessível). Além disso, o acervo digital, em braile e ampliado produzido pelo Centro de Apoio ao Deficiente Visual até o momento, está sendo catalogado para disponibilização aos interessados na Biblioteca Central. Cabe registrar, que este ainda é um processo em fase de construção e demanda estudos para aperfeiçoamento do mesmo.

O que precisa ser revisto para o próximo PDI?

- Disponibilidade de recursos financeiros para os projetos consolidados e ainda não implementados pelo NAI e que dependem da aquisição de equipamentos específicos;
- Planejamento e alocação de recursos humanos para os diferentes setores vinculados ao NAI que prestam auxílio aos PNE's;
- Ações concretas e projetos de implementação de curto e médio prazo para o período compreensivo do PDI.

Ações da CPA

- Avaliação permanente junto à coordenação do NAI e às coordenações de curso do impacto das políticas de acessibilidade na vida dos acadêmicos da UFMG
- Avaliação junto aos discentes das políticas de acessibilidade adotadas nos eventos vinculados à UFMG;
- Avaliação junto a docentes e servidores das políticas e ações gerais de inclusão e acessibilidade implementadas e-ou permanentes na UFMG.

EXTENSÃO

O que foi realizado?

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (PDI) foram estabelecidos os seguintes objetivos para a política de extensão da Universidade: 1) consolidar a política de extensão universitária da UFMG, fundamentando-a nas perspectivas inter e transdisciplinares; 2) acompanhar e avaliar a extensão na UFMG; 3) apoiar o desenvolvimento da política nacional de extensão universitária. Em consonância com o PDI, mas avaliando a necessidade de avanços na política institucional para a extensão universitária, a atual gestão incluiu entre os princípios norteadores para essa política: colaborar com o cumprimento da função pública da UFMG, garantindo ações e processos que tomem a democratização do conhecimento (na sua produção e difusão) como princípio central; dar destaque à dimensão acadêmica da extensão, com intuito de fortalecer o papel da extensão na formação técnico-científica, pessoal e social do estudante, no contexto da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), relativo aos 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão; ampliar o diálogo com outros setores da sociedade com atenção às demandas de maior urgência para efetivação da justiça social; construir processos para o fortalecimento dos órgãos colegiados. Nesse sentido, a PROEX realizou as seguintes ações:

Extensão no Currículo de Graduação: em avaliação realizada em 2015 foi constatada a possibilidade de integralização de créditos pela participação em ações de extensão em 90% dos cursos de graduação com formas de integralização e percentual de créditos muito heterogêneo e insuficiente para o cumprimento da meta estabelecida no PNE. Diante disso, foi iniciado trabalho conjunto das Pró-reitorias de Graduação e Extensão para fomentar a integralização qualificada de créditos por meio da 1) aprovação, em 2015, pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de resolução que regulamenta a “Formação em Extensão Universitária”, definida como um mecanismo para a integralização de créditos em cursos de graduação, mediante a participação dos estudantes em atividades optativas integrantes de programas ou projetos de extensão universitária desenvolvidos, preferencialmente, em comunidades com baixo IDH visando à melhoria sustentável de indicadores sociais e do acesso à educação, à saúde e à cultura, conforme preconiza o PNE e 2) lançamento de edital integrado e pioneiro para fomento aos projetos e programas de extensão que cumprissem as diretrizes da referida resolução.

Avaliação e monitoramento da Extensão: a UFMG, por meio de sua Diretoria de Avaliação da Extensão (DAEXT), está trabalhando na construção de indicadores de avaliação e monitoramento da

extensão em diálogo com a Comissão Própria de Avaliação da UFMG, por meio de comissão instituída para esse fim, como também em consonância com o Fórum de Pró-reitores de Extensão, por meio da participação no Projeto IBEU (Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária) que busca construir indicadores para avaliação da extensão universitária que permitam, inclusive, comparação entre instituições e sejam utilizados nacionalmente. Em 2015, a DAEXT, deu início à construção de um procedimento cujo objetivo é monitorar as ações de extensão na UFMG, a partir da construção de um relatório descritivo do perfil dessas ações em cada unidade e do conjunto da UFMG a fim de possibilitar, ao longo do tempo, o acompanhamento longitudinal da extensão na UFMG. Em 2016, foram avaliadas nove unidades e realizadas reuniões presenciais em quatro destas para apresentação e discussão desse perfil, de forma que a avaliação possa contribuir para o planejamento estratégico das unidades e aprimoramento das ações desenvolvidas.

Fomento: Em relação aos mecanismos de fomento às ações de extensão na UFMG, destaca-se o Programa de Fomento de Bolsas para programas e projetos de Extensão (PBEXT), que distribui anualmente, por meio de edital, cerca de 900 bolsas para estudantes de graduação envolvidos nas ações de extensão contempladas. Parte dessas bolsas é destinada a estudantes com perfil para o programa “ações afirmativas”, ou seja, que recebem assistência estudantil ou que ingressaram na universidade pelos sistemas de bônus ou cotas.

Qualificação da gestão acadêmica e institucional: Em relação à qualificação da gestão acadêmica e institucional, tem sido prioridade da gestão a construção de processos que tomem o planejamento, a transparência e o fortalecimento dos órgãos colegiados como elementos centrais da gestão universitária. Para tal, entre as principais ações, estão aquelas que contribuem para o fortalecimento da atuação dos Centros de Extensão (CENEX) junto às unidades da UFMG, aperfeiçoamento do sistema de registro das ações de extensão (Sistema de Informação da Extensão – SIEX/UFMG) e a realização de oficinas de capacitação para docentes e servidores técnico-administrativos recém-contratados. A PROEX tem investido, ainda, na consolidação da atuação dos comitês assessores da Câmara de Extensão, a qual está conduzindo um processo de atualização e revisão das normas e diretrizes da extensão na UFMG.

Redes Interdisciplinares: Em relação às metas de ampliação das interações com outros setores da sociedade e de fortalecimento de uma política institucional de direitos humanos, a Pró-reitoria de Extensão tem fomentado a constituição de redes interdisciplinares e interinstitucionais de projetos e programas de extensão. As redes estão organizadas em torno de temáticas que contribuem para a elaboração e fortalecimento de políticas públicas. O trabalho em rede tem proporcionado a integração e troca de experiência entre os projetos e programas de extensão, potencializando e dando maior visibilidade a suas ações. As redes em funcionamento são: Rede Juventude; Rede

Saúde Mental; Rede Cidades (temática da terra e justiça ambiental); Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais (parceria da Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais com diversas universidades, entre elas a UFMG), Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce (Observatório da Tragédia Mariana-Rio Doce com participação de programas e projetos de extensão da UFMG, UFOP e UFES).

Divulgação científica: a Pró-reitoria de Extensão, por meio da sua Diretoria de Divulgação Científica, tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias para articular e conferir visibilidade às diversas iniciativas de comunicação pública do conhecimento produzido pelos grupos da UFMG. Entre os projetos desenvolvidos por essa Diretoria, está a UFMG Jovem, feira de ciências que promove o intercâmbio de trabalhos técnico-científicos, culturais e sociais de diferentes instituições educacionais de Minas Gerais e envolve um processo ampliado de capacitação dos professores e alunos da educação básica com jornadas formativas que precedem a feira e acompanhamento posterior dos alunos premiados com bolsas de iniciação científica. Em 2015, também foi instituído o Fórum de Cultura Científica da UFMG que tem como objetivo discutir temas relacionados à cultura e divulgação científica e definição de propostas a serem desenvolvidas na UFMG ou com participação da Universidade. As reuniões contam com participação de representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo da UFMG e representantes de outras instituições e setores da sociedade como a FAPEMIG, Secretarias de Estado e Ministérios.

Internacionalização da Extensão: Reconhecendo a necessidade de traçar estratégias de internacionalização que envolvam projetos e ações de extensão universitária, a Diretoria de Relações Internacionais da UFMG e a Pró-reitoria de Extensão promoveram, em abril de 2016, o evento *“Seminários de internacionalização na UFMG: extensão em pauta”*. As discussões ocorridas durante o evento apontaram a necessidade de mapeamento e sistematização das experiências de internacionalização da extensão desenvolvidas UFMG, destacando que a internacionalização da extensão universitária passa pela sua articulação com o ensino e a pesquisa, definidas como "dimensões indissociáveis". Como parte das estratégias de internacionalização, a UFMG, desde 2015, integra do Comitê Permanente de Extensão Universitária da Associação das Universidades do Grupo Montevideu e recebeu, também, em 2016, a primeira reunião anual desse comitê que teve como ponto central a inclusão de pautas relacionadas às temáticas dos direitos humanos, acessibilidade e inclusão.

O que não foi realizado? Justificativa

Fomento: Em função das restrições orçamentárias, não foi possível atingir as metas que tinham como objetivo a ampliação de recursos financeiros destinados ao fomento das ações de extensão. Apesar dessa limitação, dois novos editais de fomento foram criados, destacando-se que ambos

foram propostos de forma integrada com outras pró-reitorias acadêmicas (Pró-reitorias de graduação e pesquisa).

Extensão no currículo de graduação: no sentido de aprofundar o processo de integralização da extensão nos currículos de graduação, está sendo elaborada proposta para mapeamento de atividades desenvolvidas nos diversos cursos de graduação que já atendem às diretrizes da extensão universitária e que poderiam, portanto, ser incorporadas às estratégias de integralização de créditos.

O que precisa ser revisto para o próximo PDI?

Avaliação: as atividades de monitoramento ainda precisam ser sistematizadas e ampliadas para que contribuam efetivamente na avaliação do impacto das ações de extensão na formação do estudante e na transformação das comunidades parceiras, juntamente com a necessidade de avançar na construção de indicadores. No entanto, esse é um aspecto que não pode ser tratado fora do contexto nacional e, por isso, a Pró-reitoria de Extensão tem trabalhado intensamente e de forma articulada com a Diretoria de Avaliação Institucional e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

SIEX: devem ser intensificadas as ações que visam ao aperfeiçoamento da ferramenta operacional para o registro das ações de extensão (Sistema de Informação da Extensão – SIEX/UFMG) e à qualificação desses registros.

Extensão no currículo de graduação: a construção de estratégias que permitam a integralização de créditos, em todos os cursos de graduação, pela participação em projetos e programas de extensão universitária, conforme estabelecido no PNE, constituirá um importante desafio para as pró-reitorias de extensão e graduação nos próximos anos. Além das medidas em andamento, será necessário um diálogo muito próximo com os colegiados dos diversos cursos de graduação e um trabalho efetivo de mapeamento das ações já desenvolvidas, considerando as especificidades das diferentes áreas, para que esse objetivo seja alcançado.

O trabalho desenvolvido pelas redes de projetos e programas de extensão e as propostas para internacionalização da extensão, não estavam previstas no PDI e representam avanços para o fortalecimento e qualificação das políticas de extensão desenvolvidas na Universidade.

Ações da CPA

A Comissão Própria de Avaliação da UFMG está em constante diálogo com a DAEXT, colaborando efetivamente na construção de indicadores e nas reuniões de avaliação dos perfis descritivos junto às unidades da UFMG, como mencionado anteriormente.

ENSINO

O arcabouço normativo para dar suporte a diversas metas e ações previstas no PDI 2013-2017 foi implementado pela Prograd por meio da proposição e aprovação das seguintes Resoluções:

1. Resolução 18/2014 do CEPE – regulamenta a integração de currículos entre o ensino de graduação e o de pós-graduação.
2. Resolução 19/2014 do CEPE – estabelece as Formações Transversais, aprofundando a diversificação temática e a flexibilização dos currículos.
3. Resolução 12/2015 do CEPE – formaliza a aquisição de créditos através de uma figura que constitui um híbrido entre a "disciplina" e o "projeto de extensão".
4. Resolução 13/2015 do CEPE – estabelece a reserva de datas no calendário escolar para os estudantes frequentarem eventos acadêmicos.
5. Resolução 06/2016 do CEPE – regulamenta a incorporação da modalidade semipresencial nos cursos de graduação presenciais.

Essas resoluções têm permitido transformações nas práticas e políticas acadêmicas. Além destas, está sendo finalizada a formatação de um Programa de Imersão Acadêmica de Estudantes, que tem como objetivo acolher o estudante com dificuldades acadêmicas, e a formatação de regras para a inclusão de estudantes com deficiência, com problemas crônicos de saúde ou com filhos pequenos.

Um item de grande importância nesse arcabouço normativo encontra-se em fase final de discussão: as Normas Gerais de Graduação. As novas Normas propostas têm dentre seus objetivos: (i) fixar mecanismos de flexibilização dos currículos, com a formatação de estruturas curriculares compartilhadas por vários cursos e com o estabelecimento de fórmulas para dinamizar a introdução de conteúdos inovadores, preferencialmente interdisciplinares, nos currículos; (ii) fixar fórmulas de integração entre os currículos dos cursos de graduação e os currículos de cursos de pós-graduação afins; (iii) fixar fórmulas para a integração nos currículos de graduação das atividades cursadas em outras instituições, no âmbito de programas de mobilidade acadêmica. No contexto da revisão das Normas Gerais de Graduação, vem sendo discutida a criação de novas possibilidades configuração dos currículos de graduação, envolvendo inovações nessas três direções.

Além da questão normativa, houve incentivo ao aperfeiçoamento de novas metodologias pedagógicas por meio de editais de fomento e de bolsas para alunos de graduação. Até 2014, foram lançados anualmente os editais PIQEG (Programa de Inovação e Qualidade do Ensino de Graduação), que financiavam propostas de inovações metodológicas em disciplinas, laboratórios e currículos,

além do desenvolvimento de material didático inovador. Esses editais foram descontinuados a partir de 2015, em virtude dos cortes no orçamento da universidade.

No que diz respeito a editais para a concessão de bolsas para estudantes de graduação, os mais importantes (em relação ao número de bolsas) foram: PMG (Programa de Monitoria de Graduação, que visa a integração de estudantes de graduação em propostas de melhoria do ensino de graduação), Pronoturno (que visa a integração de grupos de estudantes de cursos noturnos de graduação em atividades acadêmicas diversificadas, incluindo a monitoria, a pesquisa e a extensão), Iniciação Científica (que visa a integração de estudantes de graduação em atividades de pesquisa) e Extensão (que visa a integração de estudantes de graduação em atividades de extensão universitária).

Os cursos de graduação da UFMG têm sido constantemente avaliados interna e externamente. No âmbito interno, foram desenvolvidos relatórios que concentram e analisam dados dos cursos, incluindo: (i) análise dos fluxos de estudantes pelas disciplinas integrantes dos currículos, com a detecção dos padrões de retenção; (ii) análise dos padrões de evasão; (iii) análise dos fatores envolvidos no alongamento da duração dos cursos; (iv) indicação da relação dos estudantes em situação de “risco de evasão”. Esses relatórios são elaborados anualmente, sendo encaminhados às Coordenações dos cursos e aos Núcleos Docentes Estruturantes, que realizam a análise desses dados de maneira circunstanciada, elaborando planos de ação a partir de tal análise.

No âmbito externo, os principais processos avaliativos são conduzidos pelo INEP/MEC. Os dados referentes ao ENADE, bem como as avaliações “in loco” por comissões, têm indicado o bom posicionamento dos cursos da UFMG no cenário nacional. É importante mencionar que tais avaliações oficiais têm sempre um prosseguimento interno, no âmbito da UFMG, onde os dados levantados são minuciosamente avaliados pela Diretoria de Avaliação Institucional, juntamente com as Coordenações dos cursos e os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes. Além dessas avaliações oficiais, cabe mencionar que avaliações diversas produzidas por instituições independentes têm produzido indicações no mesmo sentido, a exemplo do “Ranking Universitário Folha de São Paulo” ou o “Guia do Estudante da Abril”.

De forma geral, podemos dizer que os principais objetivos do PDI foram cumpridos no que se refere às políticas para a Graduação na UFMG.

PESQUISA

As ações da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) foram previstas no PDI UFMG 2013-2017 em seu capítulo 5 – Projetos Setoriais, e contemplam, no âmbito do Eixo “Desenvolvimento Institucional”, os seguintes projetos:

- Fomento à pesquisa e à captação de recursos;
- Estímulo à melhoria da produção científica da UFMG e do aumento de seu reconhecimento internacional;
- Consolidação do Biotério Central da UFMG;
- Aprimoramento dos Comitês de Ética em Pesquisa; e
- Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação.

Fomento à pesquisa e à captação de recursos

As atividades de pesquisa na UFMG constituem um dos eixos estruturantes das ações acadêmicas da instituição, sendo intrinsecamente integradas com o ensino e articuladas com a extensão. A UFMG tem investido continuamente na infraestrutura para pesquisa e inovação, reforçando sua excelência e capacidade competitiva na produção de conhecimento e de novas tecnologias. O planejamento e desenvolvimento institucional de pesquisa e inovação tecnológica são realizados e geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq). Para tanto, a PRPq conta com a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), uma incubadora de empresas (INOVA), duas diretorias, sendo uma de Fomento à Pesquisa e outra de Produção Científica, e dois comitês de Ética, um para pesquisa em seres humanos (COEP) e outro para experimentação animal (CEUA). A PRPq também é responsável pela gestão do Biotério Central da UFMG.

A PRPq, em plena consonância com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG, têm implantado e expandido várias ações de apoio e estímulo à pesquisa e à produção científica e tecnológica na instituição. Resumidamente, tais ações incluem: vários programas institucionais de bolsas; apoio a publicações científicas tanto para tradução quanto para revisão de textos na língua inglesa; apoio para participação de docentes em eventos científicos; apoio a doutores recém contratados e docentes em doutoramento; manutenção de equipamentos; gerenciamento estratégico de informações da área de pesquisa através da Plataforma SOMOS, produzida pela UFMG; apoio integral às ações de proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo; estímulo às parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica.

Os programas institucionais de bolsas são dirigidos principalmente à iniciação científica, com financiamento predominante das agências de fomento. No período de 2011 a 2014, a UFMG recebeu cota crescente de bolsas de iniciação científica em suas várias modalidades (Iniciação Científica, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, Jovens Talentos/CAPES), com aumento médio de 15% no número total de bolsas ao ano (Tabela 1). A parceria com empresas privadas para o financiamento de programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica é ainda irregular e incipiente, devendo ser fomentada. Dentre os programas implementados com esse apoio podemos citar Iniciação Científica CASU/UFMG – 2011; Pesquisa em Artes – IPA - Itaú Cultural/FUNDEP/UFMG 2011; Iniciação Científica FUNDEP/Santander – 2011. O valor total aportado é baixo, chegando, no máximo, a 3% do total das bolsas. Ainda para iniciação científica, a PRPq gerencia cotas de bolsas para alunos do ensino médio, financiadas pelo CNPq e pela FAPEMIG. Esse é um importante instrumento para a interação da Universidade com as escolas públicas do estado de Minas Gerais, possibilitando aos estudantes de ensino médio a iniciação precoce à pesquisa e participação na produção do conhecimento.

Os programas institucionais de bolsas incluem ainda bolsas de IC concedidas com recursos próprios, para atendimento a demandas especiais, tais com a Rede de Museus, Espaços de Ciência, apoio a professores recém contratados, e bolsas de apoio científico, para apoio participação nas atividades de laboratórios de caráter multiusuário e setores específicos da PRPq. A participação desse tipo de bolsas representa valores entre 1 e 20% do total de bolsas administradas pela PRPq, devendo se destacar que, a partir de 2015, grande parte dos programas executados com recursos próprios foram suspensos devido à redução orçamentária.

Tabela 1 – Número de bolsas IC administradas pela PRPq

Ano	Agências de fomento		Empresas parceiras		Recursos próprios		IC ensino médio		total	variação*
	n	%	n	%	n	%	n	%		
2011	1099	97%	32	3%	0	0%	0	0%	1131	
2012	1214	93%	0	0%	92	7%	0	0%	1306	115%
2013	1169	75%	10	1%	186	12%	189	12%	1554	119%
2014	1772	86%	0	0%	122	6%	175	8%	2069	133%

* em relação ao ano anterior

2014: 609 bolsas Capes/Jovens Talentos

Entre os programas contínuos de apoio à pesquisa executados com recursos próprios podemos citar o Auxílio à Pesquisa para Doutores Recém-Contratados (orçamento anual, incluindo bolsas e auxílio financeiro, da ordem de 1,5 milhões de reais), o Programa de Manutenção de

Equipamentos de Pequeno ou Médio Porte, com orçamento médio de R\$50.000,00 anuais (2011-2013), o Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica (orçamento médio de R\$200.000,00 anuais) e o Programa de Apoio para Apresentação Trabalho em Eventos Científicos, com orçamento anual médio de R\$100.000,00.

Outras iniciativas da PRPq para fomento à pesquisa com recursos próprios são implementadas sempre que possível. Podemos citar os seguintes editais:

- Auxílio para Participação na Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) 2012/08
- Bolsas para Agentes de Inovação/CTIT 2012/06
- Chamada Interna Para Apoio à Elaboração de Plano de Negócios para Projeto de Pesquisa de Base Tecnológica da UFMG 2013/03
- Chamada Interna PRPG-PRPq - Apoio à Aquisição de Equipamentos Institucionais 2013/01
- Chamada Interna PRPq - PACT 2012/01
- Convocação de Projetos de Pesquisa II Programa de Incentivo à Inovação (II PII) 2012/09
- Iniciação ao Empreendedorismo e Inovação/CTIT/SEBRAE 2012/03

Em relação à infraestrutura para pesquisa, os editais PROINFRA e Pró-equipamentos constituem instrumento fundamental, estruturante e indispensável da política de desenvolvimento institucional em pesquisa e pós-graduação. A formulação de propostas para a FINEP é atualmente precedida por uma reunião onde as idéias de projetos são apresentadas pelos grupos de pesquisa e discutidas, de forma a buscar uma composição integrada e multidisciplinar que inclua a cooperação entre os vários grupos. As propostas são encaminhadas à Pró-Reitoria de Pesquisa em resposta a uma Chamada Interna, sendo analisadas e priorizadas pelas Câmaras de Pesquisa, de Pós-Graduação e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta metodologia garante o caráter institucional da proposta, que é elaborada em consonância com as diretrizes do PDI, e permite a implantação de instalações e equipamentos impactantes para a instituição, otimização dos recursos públicos e atendimento à diversidade das áreas do conhecimento, na busca da excelência no ensino e pesquisa. Verifica-se que os recursos concedidos à UFMG nos projetos PROINFRA tiveram impacto significativo, permitindo que a universidade melhorasse sua produção intelectual e, por consequência, a qualidade dos seus cursos de pós-graduação. Essa melhoria reflete também no ensino de graduação, com a ampliação significativa de alunos em programas de iniciação científica.

No período 2009-2014 a UFMG captou R\$ 35,5 milhões para aquisição de equipamentos de médio e grande porte, e R\$ 12,9 milhões para obras, nas chamadas públicas MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA e nos editais Pró-equipamentos (Tabela 2). O valor total captado apresenta forte

tendência de crescimento (aumento de 58% comparando os anos de 2009 e 2013), mas não constante devido à descontinuidade do programa CT Infra (sem editais nos anos de 2012 e 2014, e com uma chamada para recursos complementares para obras em 2014).

Tabela 2 – Valores captados para obras e equipamentos – FINEP e CAPES

Ano	Valor Captado	CT INFRA		Pró-Equipamentos	Total Equipamentos
		Obras	Equipamentos		
2009	7.024.808,00	873.731,00	3.974.392,00	2.176.685,00	6.151.077,00
2010	7.313.684,27	1.268.920,00	4.083.294,00	1.961.470,27	6.044.764,27
2011	12.275.094,18	6.061.141,99	3.447.369,00	2.766.583,19	6.213.952,19
2012	2.800.000,00			2.800.000,00	2.800.000,00
2013	11.096.190,92		7.940.667,00	3.155.523,92	11.096.190,92
2014	7.830.191,33	4.662.576,00		3.167.615,33	3.167.615,33
Totais	48.339.968,70	12.866.368,99			35.473.599,71

Tais projetos permitem a aquisição de equipamentos de grande porte, que são alocados preferencialmente em laboratórios multidisciplinares. Está em curso na PRPq proposta para implementação de uma plataforma dos Laboratórios Multiusuários para garantir maior acessibilidade ao público interno e externo, otimizando a total utilização dos equipamentos de grande porte.

Considerando os últimos 15 anos, a UFMG ocupa o 5º. lugar na captação de recursos junto ao CNPq, com participação de aproximadamente 3,5% no total do fomento. De 2010 a 2014, a UFMG captou R\$ 323 milhões; em 2014 houve o repasse de, aproximadamente, R\$ 78 milhões. Na FAPEMIG, a UFMG capta cerca de 20% do total de recursos liberados. Além disso, tem ocorrido de forma crescente o reinvestimento de recursos obtidos pela universidade com licenciamentos de tecnologias e de royalties em ações de pesquisa e inovação.

Consolidação do Biotério Central da UFMG

Os avanços da ciência e da legislação nacional e internacional sobre o uso de animais de experimentação criaram demandas de animais com alto padrão genético e sanitário. A demanda por animais de qualidade no nosso país é imensa e crescente e, a oferta, muito escassa. Isso impacta de forma contundente, não somente na qualidade dos resultados da pesquisa como no padrão das publicações em revistas científicas de alto impacto, bem como, na instalação e desenvolvimento de empresas farmacêuticas no nosso país.

A UFMG é uma Instituição que tem por tradição a pesquisa de excelência na área de experimentação animal. Preocupada com a excelência da sua produção científica, a UFMG empreendeu esforços para a criação e viabilização do Biotério Central, um centro voltado à produção de animais de experimentação de altíssima qualidade sanitária e genética, bem como para a formação de pessoal altamente qualificado na área de Bioterismo.

O Biotério Central da UFMG é uma unidade de natureza técnico-científica, subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), constituído conforme Portaria N°063 da Reitoria da UFMG de 14 de setembro de 2011. É reconhecido como um centro de referência na produção de animais experimentação de alta qualidade no país e está credenciamento no Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais (CIUCA) do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), órgão vinculado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). Neste sentido, o Biotério Central da UFMG é um centro destinado à criação de roedores (ratos e camundongos) de alto padrão genético e sanitário, do tipo SPF (“specific pathogen free” ou “isentos de agentes patogênicos específicos”). A criação dos animais é feita dentro das mais rigorosas barreiras sanitárias existentes e segue as normas legais em vigor sobre a criação e manutenção de animais de laboratório. O padrão sanitário dos animais é atestado periodicamente por laboratório certificado no ICLAS (International Council for Laboratory Animal Science). É importante ressaltar que o uso de animais controlados genética e sanitariamente é indispensável para o atendimento da legislação nacional e internacional que regulamenta a experimentação animal.

O Biotério Central da UFMG atende os mais diversos setores da UFMG cujas linhas de pesquisa envolvem a experimentação animal, diversas ICT's do estado de Minas Gerais, bem como ICT's de outros estados, assim como empresas farmacêuticas que necessitam, por lei, de manter o alto padrão das suas pesquisas científicas. O atendimento do Biotério não só se refere ao fornecimento de animais de qualidade, conforme já mencionado acima, mas também na disponibilização de um laboratório para realização de exames genéticos, sanitários e parasitológicos. Dessa forma, o Biotério Central da UFMG eleva o patamar da qualidade das pesquisas desenvolvidas com animais de experimentação o que impacta no aumento da qualidade da nossa produção científica e na visibilidade internacional da pesquisa produzida na UFMG.

Outro ponto que merece destaque é absoluta necessidade que nossos pesquisadores têm de animais de alta qualidade para estabelecer parcerias com universidade, instituições de pesquisa e empresas farmacêuticas no exterior. Neste contexto, o Biotério Central da UFMG se tornou um centro de referência internacional, uma vez que suas instalações são visitadas antes que estas parcerias sejam estabelecidas. Assim, o Biotério Central tem importância fundamental na expansão

de colaborações entre pesquisadores da UFMG e pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa do exterior, bem como, com empresas farmacêuticas.

Aprimoramento dos Comitês de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG e a Comissão de Ética no Uso de Animais para Pesquisa e Ensino (CEUA) atendem às regulamentações definidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelo Conselho Nacional do Controle de Experimentação Animal (CONCEA), respectivamente. Entre as funções do COEP e da CEUA está a aprovação de todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos ou animais vertebrados, cuidando para que o desenvolvimento das pesquisas observe todos os procedimentos pertinentes. A difusão das boas práticas em pesquisa com seres humanos ou animais vertebrados é feita por meio de eventos realizados periodicamente, apresentação de palestras nos cursos de pós-graduação nas diferentes unidades e participação em cursos de curta duração.

O COEP, instituído na UFMG em 1997, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O COEP tem difundido na UFMG as boas práticas da ética em pesquisa com seres humanos, atendendo as regulamentações definidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), órgão do Ministério da Saúde. Todos os protocolos de pesquisa são analisados de acordo com a Resolução 466/2012. A partir da implantação da Plataforma Brasil em 2012, os protocolos de pesquisa são submetidos por meio digital. O COEP-UFMG é integrado por 24 (vinte e quatro) membros que se reúnem quinzenalmente e emitem pareceres via Plataforma Brasil e analisam as pendências elaboradas por seus pareceres consubstanciados. No período 2011-2015 foram emitidos 3258 pareceres para projetos de pesquisa em seres humanos pelo COEP-UFMG.

A principal função da CEUA é fazer a avaliação de todos os projetos de pesquisa e ensino envolvendo o uso de animais. O processo, realizado inicialmente totalmente em papel sofreu boa evolução com a aquisição de um sistema de informática para recebimento e análise de protocolos on-line. Este sistema, atualmente já desatualizado, está sendo substituído por um novo sistema para a submissão e análise de projetos desenvolvido inteiramente pelo setor de informática da PRPq/UFMG. Para agilizar o processo de avaliação e de análise dos aspectos éticos envolvidos nos projetos, são realizadas duas reuniões ordinárias mensais do Comitê composto por docentes de diversas unidades, representantes de servidores técnico-administrativos e de discentes, além de representante da sociedade.

A CEUA tem entre suas funções divulgar as boas práticas na utilização de animais em pesquisa e ensino, bem como apresentar as regulamentações definidas pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal (CONCEA). Uma forma de divulgação é a disponibilização de informações no site da CEUA/UFMG, que tem sofrido mudanças constantes para atender às alterações de legislação do CONCEA. A CEUA também é responsável pelos debates de temas polêmicos, facilidades e dificuldades de adequação às normas do CONCEA, necessidades de revisões e ajustes. A Comissão tem realizado um trabalho de educação continuada, muitas vezes por meio de diligências, quando as indagações induzem o pesquisador à reflexão sobre as condutas éticas na pesquisa.

A disseminação dos protocolos adequados para investigação científica, para a comunidade Universitária, é feita por meio de simpósios, encontros, palestras e mini-cursos, durante os quais são apresentados e discutidos os procedimentos adequados para investigação científica. Eventos são organizados periodicamente, com vistas à qualificação e educação continuada sobre ética em pesquisa.

Além do COEP e CEUA, estão em fase de implantação dois novos comitês que cuidarão de aspectos específicos da ética em pesquisa e ensino: o Comitê Gestor do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (COGEN) e o Comitê de Ética e Integridade Científica (CEIC). A Comissão indicada pela Câmara de Pesquisa para elaboração das normas de funcionamento do COGEN está assumindo suas funções até que o mesmo seja criado pelo Conselho Universitário. Entre elas, está a regulamentação da lei 13.123, que trata da Biodiversidade e suas demandas e conseqüências para a pesquisa na área.

Estímulo à Melhoria da Produção Científica da UFMG e do Aumento de seu Reconhecimento Internacional.

As ações relativas à produção científica da UFMG têm como objetivo aumentar a visibilidade internacional e reduzir a heterogeneidade entre as várias áreas de conhecimento. A PRPq já conta com programas permanentes e específicos para estimular a produção científica e divulgação científica, tais como o Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica, o Programa de Apoio para apresentação de trabalho em Eventos Científicos e o estabelecimento de sua política de periódicos. Em fase de implementação, temos um programa de apoio à produção científica com assessoria de pesquisadores internacionais, com tempo de permanência no país entre 10 e 30 dias, para discussão com grupos de pesquisa e avaliação e discussão de manuscritos a serem submetidos para publicação em periódicos de elevado fator de impacto. Um programa piloto foi conduzido em

2015, na área de letramento acadêmico, e essa experiência levou à proposição de edital específico para esse programa.

A UFMG tem atualmente 790 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e cerca de 700 bolsistas de produtividade do CNPq. O conjunto de ações empreendido pela UFMG, especialmente no processo de alocação de vagas e seleção de novos docentes, deu um impulso importante aos índices de produção científica, conforme apresentado na Tabela a seguir. Os dados foram retirados das bases Scopus e Web of Science e mostram a evolução significativa do número de artigos registrados nessas bases no período 2009-2014, quando comparado ao período anterior, 2005-2009. Como pode ser observada na tabela 03, a relação anual de artigos/docente que era 0,46 em 2009, passou a 0,79 em 2014, um incremento de 58%. Considerando-se a relação anual de artigos publicados/doutores, observa-se que passou de 0,57 em 2009 para 0,93 em 2014, incremento de 61%.

Tabela 3 – Relação anual de artigos/docente

Ano	Artigos/docente	
	Todos	Doutor
2005	0,40	0,56
2009	0,46	0,57
2014	0,79	0,93

Usando os indicadores previstos no PDI, verifica-se que dos 95 departamentos acadêmicos da UFMG, 43% (41 departamentos) atingiram em todos os anos do período de 2011 a 2014 índices superiores a 30% de artigos veiculados nos estratos Qualis A1, A2 ou B1. Em 2014, a produção média na UFMG foi de 2,03 artigos por docente, com 0,81 artigos por docente publicados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis. Foram identificados departamentos onde há necessidade de ações mais incisivas para melhoria da produção científica. O quadro geral de atendimento ao indicador de 30% da produção veiculada em periódicos dos estratos A e B1 é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Número total de artigos publicados e número de departamentos com número de artigos Qualis A1, A2 e B1 superior a 30%

	2011	2012	2013	2014
Número Total Artigos	5464	6136	5997	5911
Número de Artigos AB1	2284	2490	2354	2369
% artigos AB1	42%	41%	39%	40%
No.Departamentos - AB1>30%	62	67	57	60

% Departamentos AB1>30%	65%	71%	60%	63%
-------------------------	-----	-----	-----	-----

Como pode ser observado, há uma tendência de estabilização do número de artigos publicados, e agora os esforços agora têm sido dirigidos para a melhoria da qualidade da produção. O indicador 4 previsto no PDI (aumentar em 30%, nos próximos quatro anos, o número de artigos publicados nos periódicos situados dentre os 10% de maior fator de impacto de cada área do JCR) é de difícil aplicação, uma vez que as áreas de conhecimento do JCR, do Lattes e da PRPq são diversas e as ferramentas disponíveis para essa análise não são adequadas. A PRPq fará uma avaliação de seu uso e proposta de novo indicador, caso pertinente.

Considerando que universidades importantes devem sediar periódicos científicos com reconhecimento nacional e internacional, a UFMG tem contribuído para sua criação e funcionamento. A longa experiência da UFMG em sediar periódicos científicos, remonta a 1894 quando, na Escola Livre de Direito, uma das unidades isoladas que se associaram para a criação da Universidade foi criado um periódico científico que, com o passar do tempo, veio a se chamar Revista da Faculdade de Direito. Ao longo dos anos, diversos outros periódicos, foram criados. A partir de 2014, com o objetivo de ampliar a visibilidade dos periódicos editados pela UFMG, foi implementada uma Política de Periódicos que compreende uma série de ações como: 1) Implementação de uma política institucional para melhor qualificar os periódicos da UFMG, com respeito à diversidade das áreas; 2) Criação de uma Incubadora de periódicos para: a) desenvolver um portal dos periódicos científicos na Plataforma SEER com o objetivo de gerenciar submissões, editoração e disponibilização de números publicados; b) implementar um programa de avaliação sistemática dos periódicos visando reconhecer potencialidades a serem apoiadas e fragilidades a serem superadas; c) apoiar a manutenção dos periódicos qualificados e buscar modelos alternativos para seu financiamento; d) apoiar a formação de editores e de corpo técnico envolvido na edição dos periódicos; e) incentivar e acompanhar os processos de indexação dos periódicos da UFMG em bases nacionais e internacionais. Em 2015 foi lançado oficialmente o Portal de Periódicos da UFMG (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), que congrega hoje 62 dos periódicos da UFMG, permitindo o livre acesso a todos os interessados. Dos periódicos científicos sediados na UFMG, 61 estão classificados no Qualis (A1: 9; A2: 6; B1: 7; B2: 10; B3: 13; B4: 7; B5: 6; C: 3). O que se pretende, em relação aos periódicos editados pela UFMG, é desenvolver estratégias sustentadas de apoio institucional, de tal forma que eles alcancem a adequada visibilidade nacional e internacional, decorrente da melhoria da qualidade de sua indexação.

Tendo como meta a contínua tendência de melhoria da posição da UFMG em todos os principais rankings internacionais de instituições universitárias, esforços têm sido envidados,

juntamente com as outras pró-reitorias acadêmicas e com a Diretoria de Relações Internacionais para fornecer dados fidedignos a eles. Também foi criado um Diretório de Produção Científica para cada unidade da UFMG contendo as seguintes informações: a) Grupos de Pesquisa; b) Pesquisadores de Produtividade do CNPq; c) Pesquisadores do Programa Pesquisador Mineiro (PPM); d) Lista de Bolsas de Iniciação Científica; e) Periódicos científicos. Com vistas a fornecer às unidades com produção científica menos consolidada a assessoria de pesquisadores mais experientes, visando a melhoria qualitativa e quantitativa das atividades de pesquisa, tem sido realizados semestralmente Fóruns de Coordenadores de NAPqs.

Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação

A UFMG conta com 777 pedidos de depósitos de patentes nacionais junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e 296 depósitos internacionais submetidos ao Patent Cooperation Treaty - PCT e a Fases Nacionais. No período 2011-2015 a UFMG depositou 359 pedidos de patentes. Das patentes protegidas, 47% abrangem a área de biotecnologia (fármacos, testes de diagnóstico, vacinas, etc). Na sequência vêm as áreas de química (materiais, nanomateriais, compósitos e tecnologias ambientais), de engenharia mecânica, com ênfase em biomédica, e de engenharia elétrica, com ênfase na geração de energia e em dispositivos eletroeletrônicos. Além disso, a CTIT apresenta indicadores crescentes de depósitos de marcas, desenhos industriais e software.

A UFMG já celebrou 91 acordos de parceria para desenvolvimento de tecnologia e 83 contratos de licenciamento de ativos de PI, entre patentes, Know-How, desenho industrial e marcas, que resultaram em produtos inovadores lançados no mercado. Como exemplos de sucesso podem-se citar a transferência para a Hertape-Calier da vacina contra a leishmaniose canina, introduzida no mercado nacional em 2008, sendo a primeira vacina recombinante desenvolvida na América Latina para doença negligenciada; o licenciamento à empresa Vértica de uma tecnologia para erradicação de larvas do mosquito *Aedes Aegypti*; a transferência à FUNDEP do software “Somos”, desenvolvido para facilitar o mapeamento das competências da UFMG e agora das instituições licenciadas, incluindo projetos, grupos de pesquisa e ativos de PI; o licenciamento da “Metodologia e Software para Gestão do Conhecimento Tácito”; e ainda o licenciamento na área de Tecnologia da Informação do “Observatório Web” para aplicação no setor de investimentos.

A transferência de tecnologias da UFMG para empresas privadas constitui-se em um mecanismo de interface público/privado que tem permitido a obtenção de recursos para o investimento em pesquisa e inovação na Universidade, realimentando e ampliando o alcance do processo inovativo, na medida em que possibilita financiar mais pesquisas, as quais resultarão em novas tecnologias de interesse do mercado, que, por sua vez, investirá em mais licenciamentos.

Em uma ação proativa na busca de novos licenciamentos e parcerias de P&D, a CTIT tem aproveitado todas as oportunidades de feiras e workshops, nacionais e internacionais, para ofertar seu portfólio de tecnologias e grupos de pesquisa. Em 2015, participou de duas feiras nacionais, o FIPEN - Fórum Industrial de Produtividade, Energia e Negócios, direcionado a empresas e instituições dos setores de petróleo e gás, biocombustíveis e energia, e o INOVA MINAS, uma mostra de projetos financiados pela Fapemig, além da rodada de negócios no âmbito do V Fórum Empresarial do Mercosul. A CTIT participou também de duas feiras internacionais, a Bio Latin America, evento que visa explorar as inovações e oportunidades de parcerias da crescente indústria latinoamericana de biotecnologia e de outras áreas, e a Biolatan, maior feira de biotecnologia da Iberoamérica organizada pela Associação de Empresas de Biotecnologia (Asembio) em conjunto a Associação Espanhola de Bioempresas (ASEBIO). Destaca-se que o triênio 2013-2015 foi o período com maior quantidade de contratos de licenciamento firmados pela UFMG, quando a Universidade celebrou mais contratos de licenciamento de tecnologias do que em todo o restante de sua história. Até o ano de 2011 a UFMG havia firmado 39 contratos, ao passo que somente nos últimos três anos foram celebrados 44, o que demonstra uma consolidação da missão da CTIT.

O amadurecimento da Universidade nessa atividade pode ser ilustrado pelo modelo adotado a partir de 2011, inédito no País, e que vem sendo utilizado pelas universidades de ponta na América do Norte para transferências na área de tecnologia da informação: a UFMG é remunerada por meio do usufruto de ações da empresa licenciada. Como exemplo da aplicação desse modelo pode-se citar a transferência do Know-How “Sistema de Recomendação” para a empresa Zunnit, sendo também adotado para empresas incubadas pela CTIT, através da incubadora INOVA-UFMG.

A incubadora INOVA visa fornecer apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica. Desde 1996, já foram apoiadas 57 empresas nas diversas áreas do conhecimento. Segundo dados da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, a Incubadora da UFMG é responsável por 22% das empresas de base tecnológica graduadas no Estado, sendo que 93% delas encontram-se ativas no mercado, nas áreas de Tecnologia da Informação (AXOON, ComunIP, DHLINK, Geotech, MAGISTEC, OMNILOGIC, Paradigma, S10i, TCBH), Biotecnologia (BIOAPTUS, CEELBIO, In Vitro C, ISOFITOS, NÉOS, NUCASE, P2S2, UNICLON), Engenharia (HPE, iVision, JOTA SMART GRID, PWP Lab) e Consultoria e Educação (DM&P, METHANUM).

A INOVA coordena o Programa de Incentivo à Inovação – PII, na UFMG, por meio da parceria UFMG/SECTES/SEBRAE/FUNDEP, tendo obtido a captação de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) com a finalidade de dar suporte técnico-gerencial ao desenvolvimento de tecnologias nos laboratórios de pesquisa acadêmicos. O resultado consta da segunda edição do “Livro do PII na UFMG”, que será

lançado ainda no primeiro semestre de 2016. Na publicação estão elencados alguns dos projetos contemplados pelo Programa.

A UFMG desenvolve ainda ações de empreendedorismo por meio de setor da CTIT voltado a esse propósito, o qual atua no fomento à cultura empreendedora na Universidade. Dentro do seu escopo de atuação busca, portanto, criar formas de proporcionar o contato da comunidade acadêmica com o empreendedorismo e a inovação e estender essa cultura para além dos limites da Universidade. O Setor desenvolve suas atividades em duas frentes principais: a) elaboração e execução de projetos e eventos. Desde 2013, já realizou eventos que impactaram mais de 800 pessoas, além de competições que envolveram mais de 90 participantes.

Em 2015 promoveu o Circuito de Empreendedorismo e Inovação no campus da UFMG em Montes Claros e abrigou uma edição da competição internacional de bioeconomia Biobased Battle, que objetiva o desenvolvimento de conceitos inovadores e de soluções para demandas reais da indústria. Essa competição dá-se no âmbito do consórcio Living Lab Biobased Brasil constituído em 2014 por universidades, empresas e governos do Brasil e da Holanda, com o objetivo de promover a internacionalização do ensino superior em ambos os países, com foco maior no estado de Minas Gerais. O Setor de Empreendedorismo procura sempre promover a participação de equipes da UFMG e de startups incubadas na INOVA em eventos externos, geralmente competições. Para tanto, recebe da CTIT toda a assessoria necessária. Como exemplo pode-se citar a trajetória vitoriosa da UFMG na competição internacional Idea do Product Latin America®. Em 2015, tecnologias inovadoras e com potencial de mercado da UFMG ganharam os três primeiros lugares da competição, vitória que conferiu o título de pentacampeã à UFMG.

Em 2013, como resultado de *spin-off* acadêmico, foi lançado o Programa Nexu, ancorado na Tripla Hélice de Inovação que conecta Universidade, Empresas e Governo. Em 2015 verificou-se a necessidade de reformulação da proposta, a qual passou a ser trabalhada juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, para melhor dialogar com a estrutura da Universidade. A nova proposta é fazer com que os alunos de graduação possam trabalhar com as tecnologias desenvolvidas na UFMG, estimulando os passos necessários para fazer com que essas sejam transferidas ao mercado e à sociedade, seja como novos processos, produtos ou serviços. O programa começou a ser ofertado no primeiro semestre de 2016 em parceria com a PROEX/UFMG.

Uma iniciativa a ser destacada é a inserção global Inova, que inclui, entre outras ações, o intercâmbio AIESEC - Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales - organização global formada por jovens universitários e recém-graduados, presente em 124 países. O intercâmbio compreende visita e estágio, com duração de 6 semanas, feitos por intercambistas nas áreas de administração e afins. A primeira experiência foi de junho a agosto de 2015

com jovens dos cursos de Design e Administração, representando as geografias da Ásia (Singapura), América Latina (Argentina, Colômbia e México) e América Anglo-Saxônica (Estados Unidos).

Outra ação relacionada à inserção global é o Programa Global Innovation Campus, desenvolvido pela University of California Berkeley, com o objetivo de difundir na UFMG conhecimentos e práticas consolidados de inovação e empreendedorismo e estabelecer redes de contato internacionais, por meio das várias ações que compõem o Programa, dentre essas as que devem se desenvolver no campus da UC Berkeley, como *bootcamps*, estágios de empreendedores e estágios de empresas brasileiras pelo período de 3 meses visando a formação de *networking*, apresentação de produtos e acesso ao mercado. Ainda visando à inserção global para promoção do empreendedorismo e da inovação, a UFMG associou-se à RedEmprendia - Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas, apoiada pelo Banco Santander através da sua Divisão Global Santander Universidades, entidade que tem demonstrado um forte compromisso com as universidades, as suas responsabilidades e os seus projetos.

A excelência da UFMG na gestão do conhecimento foi reconhecida pelo Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica em 2011, sendo classificada em 2º lugar na categoria Instituição de Ciência e Tecnologia.

A expectativa é de que se aprimore e se consolide ainda mais a gestão da inovação na UFMG em face do novo marco legal, aprovado pelo Governo Federal em janeiro de 2016, o qual oferece maior flexibilidade para as relações entre os setores privado e público. Para a adequada aplicação da lei, a UFMG deverá estruturar a sua política de inovação, dispondo sobre a organização e gestão da transferência de tecnologia, aprimorando a conversão da ciência de boa qualidade produzida na Universidade em inovação, o que resultará em produtos, serviços e processos que tragam impactos positivos sobre a sociedade.

Síntese da Pesquisa

O que foi realizado?

Para atender ao PDI que propunha diversos Projetos Setoriais dentro do Eixo “Desenvolvimento Institucional”, em relação as realizações da Pró-Reitoria de Pesquisa podemos citar que:

- Para o estímulo à melhoria da produção científica da UFMG e o aumento do reconhecimento internacional, foram implantados os Programas de melhoria qualitativa da produção científica, de apoio a apresentação de trabalhos em eventos científicos, sendo também estabelecida uma política de periódicos da UFMG que compreende uma série de ações para qualificar os periódicos existentes, sendo criada uma Incubadora de periódicos, e em 2015 lançado oficialmente o Portal de Periódicos da UFMG (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), que permite o livre acesso as publicações sendo classificados em sua maioria como como Qualis A (15), e

Qualis B (43). Foi criado um Diretório de Produção Científica (<http://somos.ufmg.br/indicadores>) para cada unidade da UFMG contendo diversas informações referentes a Grupos de Pesquisa; Pesquisadores Bolsistas Produtividade do CNPq; Pesquisadores do Programa Pesquisador Mineiro (PPM) e Bolsas de Iniciação Científica.

- O fomento à pesquisa e à captação de recursos tem tido apoio da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), uma incubadora de empresas (INOVA), duas diretorias, sendo uma de Fomento à Pesquisa e outra de Produção Científica, e dois comitês de Ética, um para pesquisa em seres humanos (COEP) e outro para experimentação animal (CEUA). A PRPq também é responsável pela gestão do Biotério Central da UFMG. As ações de apoio e estímulo à pesquisa incluem programas institucionais de bolsas que tem recebido cotas crescentes de bolsas de iniciação científica em suas várias modalidades (Iniciação Científica, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, Jovens Talentos/CAPES) além de bolsas para alunos do ensino médio, financiadas pelo CNPq e pela FAPEMIG que permitem interação da Universidade com as escolas públicas do estado de Minas Gerais; apoio a publicações científicas, a doutores recém contratados; manutenção de equipamentos; proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo; estímulo às parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica;
- Na consolidação do Biotério Central da UFMG, que é um centro voltado à produção de animais de experimentação de altíssima qualidade sanitária e genética, já foram atingidas as metas propostas no PDI para fornecimento de animais, em quantidade e qualidade para as atividades de pesquisa da UFMG e instituições parceiras, além de capacitar recursos humanos para o Bioterismo;
- Em relação ao Comitê de Ética em Pesquisa, já foram atingidas as metas propostas no PDI e diversas outras ações foram implantadas como a criação do Comitê Gestor do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (COGEN) e o Comitê de Ética e Integridade Científica (CEIC) atendendo a Lei nº 13123, de 20 de maio de 2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético;
- O Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação alcançou dentre as metas propostas no PDI o aumento do número de pedidos de patentes, o número anual de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de tecnologia. Também visando à inserção global associou-se à RedEmprendia - Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas.
- **Com esses resultados se evidencia** a trajetória de melhorias realizadas na UFMG, que lograram

o alcance da maioria das metas propostas no PDI e sua evolução institucional.
O que não foi realizado? Justificativa
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 30%, o número de artigos publicados nos periódicos situados dentre os 10% de maior fator de impacto de cada área do JCR, que tem se mantido desde 2011 em torno de 40%, pois as áreas de conhecimento do JCR, do Lattes e da PRPq são diversas e as ferramentas disponíveis para essa análise não são adequadas. • Realizar parcerias com empresas privadas para o financiamento de programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica é ainda irregular e incipiente, sendo o valor total aportado cerca de 3% do total das bolsas da UFMG. • O projeto estruturante Centro de instrumentação tecnológica e pesquisa translacional em saúde, previsto no PDI, não foi considerado prioridade pela instituição. • O Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação ainda não possui o serviço de atendimento a inventores ou mecanismo de incubação virtual de empresas, conforme proposto no PDI.
O que precisa ser revisto para o próximo PDI?
<ul style="list-style-type: none"> • A ampliação das ações da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica, em especial após promulgação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, referente ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação existe expectativa de que se aprimore e se consolide ainda mais a gestão da inovação na UFMG com maior flexibilidade para as relações entre os setores privado e público. • A UFMG deverá estruturar a sua política de inovação, dispendo sobre a organização e gestão da transferência de tecnologia, aprimorando a conversão da ciência de boa qualidade produzida na Universidade em inovação, o que resultará em produtos, serviços e processos que tragam impactos positivos sobre a sociedade. • Ampliar o atendimento a inventores, ao mecanismo de incubação virtual de empresas. Também deve ser incentivado com a ampliação dos contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de tecnologia que atualmente representam cerca de 80. • Reavaliar o projeto estruturante Centro de instrumentação tecnológica e pesquisa translacional em saúde, previsto no PDI, para o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional e de toda a cadeia de produtos vinculados a atenção à saúde, que não foi considerado prioridade pela instituição, e não teve nenhuma ação desenvolvida pela PRPq, especialmente por envolver construção de nova edificação.
Ações da CPA
<ul style="list-style-type: none"> • Recomendar a atualização dos dados relativos a produção científica e tecnológica e à inovação, de forma rotineira nas plataformas das Unidades Administrativas, Acadêmicas e Institucionais.

- Recomendar uma maior integração na coleta de dados referentes à produção intelectual de seus professores/pesquisadores, estimulando uma melhor e mais dinâmica obtenção de dados referentes ao Desenvolvimento Institucional.
- Recomendar a atenção aos Grupos e Recursos Humanos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq, pois em 09/2016 existem 1096 grupos na UFMG dos quais: 441 certificados; 398 não atualizados; 142 excluídos e 14 estão aguardando certificação.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Ações

1) Centros de Estudos: implantação e consolidação do Centro de Estudos Africanos (CEA), do Centro de Estudos da Ásia Oriental - CEAO, do Centro de Estudos Europeus (CEE), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) e do Centro de Estudos Indianos (CEI).

Em 2013, foram criados os cinco centros e, no ano seguinte, o Centro de Estudos Chineses tornou-se Centro de Estudos da Ásia Oriental (CEAO), com o intuito de ampliar sua atuação geográfica.

Atualmente, os Centros estão readequando suas normas de funcionamento e buscando melhorias no sistema de apoio logístico e operacional, respaldados pela Resolução 005/2016 que regulamenta seu funcionamento. Além disso, todas as ações desenvolvidas pelos Centros tiveram resultados positivos no que tange à divulgação dos mesmos na UFMG, em especial os Centros de Estudos Indianos e Africanos, que tiveram uma estrutura bem delineada de eventos ao longo dos anos. Ademais, a divulgação das chamadas de apoio a eventos, tanto do CELA quanto do CEA, também fizeram com que esses se tornassem mais conhecidos.

Um passo fundamental para alargar o espaço de interação dos Centros foi o lançamento das páginas do CEI e do CEA, permitindo, além de melhoria na divulgação de suas atividades, uma maior vinculação com os pesquisadores, principalmente através da possibilidade de filiação dos interessados em formulários virtuais.

Constam, igualmente, do plano de ação do órgão o lançamento do site do CEE e o desenvolvimento de propostas de site para o CELA e o CEAO.

Como desafios e propostas ainda a serem alcançados, pode-se citar o aumento da interlocução e das ações conjuntas entre os cinco Centros, a aproximação dos Centros a instituições nacionais e internacionais que tenham o mesmo foco, além de análise da viabilidade de criação de novos centros voltados para regiões ainda não privilegiadas, como América do Norte, Oceania e Oriente Médio. No caso desta última, assim como acontece com o CEAO e com o CEI, seria mais um passo para a UFMG avançar em sua internacionalização, abraçando áreas ainda não usualmente abrangidas.

Outras possíveis moções objetivando o incremento das atividades dos centros seriam o lançamento de editais de apoio a eventos para a ampliação da atuação e a rede de contatos, e para que os Centros se tornem mais conhecidos entre os professores e alunos da UFMG e, do mesmo modo, a concretização de ações planejadas para envolver alunos de graduação, como o Concurso de Monografias e a concessão de bolsa de Iniciação Científica para interessados em estudos especializados.

2) Participação e Divulgação: diversificação e aprimoramento do material de divulgação da UFMG junto a universidades de outros países.

Em conformidade com as propostas anteriores, novos vídeos institucionais e apresentações da UFMG foram elaborados em português, inglês e espanhol, em outubro de 2015, com a colaboração do CEDECOM. O objetivo, agora é ampliar a oferta de material impresso e digital, sobretudo em inglês, com conteúdo atualizado.

Por outro lado, havia a propositura de aumentar a presença da UFMG em eventos internacionais de cunho acadêmico, inclusive naqueles voltados para o tema da internacionalização das universidades e, muito embora a UFMG tenha mantido a participação nos principais eventos de internacionalização, não foi possível ampliá-la devido a questões financeiras. Não obstante, a participação em novos eventos relacionados às redes internacionais integradas pela UFMG e aos projetos Erasmus+ que abrangem o tema da internacionalização ainda integra a agenda de propostas.

3) Professores visitantes e programa de intercâmbio docente: ampliação da presença de professores visitantes estrangeiros na UFMG, em especial daqueles cuja estadia tenha a duração de pelo menos um semestre letivo ou período equivalente.

Além dos programas já existentes de mobilidade para professores, a UFMG ampliou a presença de docentes visitantes por meio de novos programas como o de Cátedras Francesas na UFMG, o *Russian-Brazilian Internship Programme*; e houve a submissão de novas propostas de Projetos Erasmus que englobam esse tipo de intercâmbio.

Atualmente, a Universidade conta com 144 (cento e quarenta e quatro) professores estrangeiros, e mais de 60 cursos foram ministrados em língua estrangeira em 2015 (vide Anexo 01) em diversas unidades acadêmicas. A proposta é de continuar submetendo novas propostas para participação de projetos em conjunto com outras instituições parceiras internacionais, bem como implementar atividades de mobilidade de professores das universidades estrangeiras consideradas como parceiras estratégicas.

4) Convênios e cooperação: ampliação do número e das atividades dos convênios de cooperação entre universidades, bilaterais ou multilaterais, cuidando para a diversificação das áreas geográficas envolvidas, bem como ampliação das oportunidades de mobilidade deles decorrentes, tanto aquelas realizadas para o exterior, como aquelas realizadas para a UFMG.

Ao longo dos últimos anos, o número de convênios internacionais foi ampliado, incluindo convênios com novos países como Rússia, China, Coréia do Sul, Equador, Irlanda e Uruguai. Consequentemente, houve também uma expansão das opções de mobilidade para as novas parcerias amparadas sob o instrumento Convênio de Intercâmbio.

Além disso, a participação em novas Redes (CINDA, EMPRENDIA, UDUAL) e programas de intercâmbio (BRACOL, PONCHO, Be-a-DOC, PAEC) também colaboraram para ampliar as possibilidades de mobilidade e diversificar as áreas geográficas.

Cabe ainda mencionar a criação de Núcleos de Internacionalização em algumas Unidades Acadêmicas (ICB, Escola de Medicina, Escola de Engenharia e ICEX), mais um passo para a ampliação e aprimoramento das atividades internacionais na UFMG.

Os setores de Convênios, e de Redes e Missões da DRI continuarão trabalhando para ampliar e diversificar as parcerias e oportunidades de mobilidade, incentivar a formalização de parcerias de caráter estratégico, que favoreçam uma relação sólida e duradoura, além de incrementar e promover as parcerias já formalizadas, com foco naquelas consideradas estratégicas.

Correspondentes proposições visam estabelecer convênios específicos em complemento a acordos gerais vigentes, no intuito de tornar as parcerias mais efetivas, institucionalizar as ações dos Convênios de Cotutela, transpondo o nível individual da pesquisa do aluno de Doutorado, além de envolver alunos de Graduação (Iniciação Científica) nas ações desse tipo de convênio e, sobretudo, direcionar os fluxos de mobilidade amparados por convênios em função das áreas de destaque das instituições parceiras.

Propõe-se, ainda, o estreitamento de relações com instituições de países da Ásia Oriental, como Coreia do Sul e Japão bem como a criação de novos Núcleos de Internacionalização nas Unidades Acadêmicas e o fortalecimento daqueles já existentes.

5) Proficiência: adotar iniciativas pertinentes ao aumento substancial do número de estudantes da UFMG que demonstrem proficiência em línguas estrangeiras, especialmente o inglês.

A cada ano, ampliam-se na UFMG as ofertas de disciplinas gratuitas (Inglês, Francês, Espanhol e Alemão para Fins Acadêmicos), assim como as ofertas do curso Inglês sem Fronteiras. A UFMG participa do Programa Idiomas sem Fronteiras desde que foi lançado pelo MEC e CAPES em 14 de novembro de 2014.

A Universidade também realiza testes gratuitos para diagnosticar proficiência, juntamente com o MEC/IsF.

Como proposições para essa área estão a criação da disciplina “Italiano para Fins Acadêmicos”, que já está em planejamento, a contratação de mais professores no intuito de ampliar a oferta das disciplinas de línguas para Fins Acadêmicos, e a articulação conjuntamente à PROGRAD e à PRPG para estender a oferta de disciplinas em espanhol e inglês, na modalidade de escolha livre.

6) Português como língua adicional: oferta de disciplinas de português para estrangeiros em volume suficiente para atender a todos os estrangeiros com vínculo, permanente ou temporário, com a UFMG.

Desde 2012/1, há uma parceria entre a DRI e a FALE - Faculdade de Letras - para a oferta gratuita de aulas de língua portuguesa a alunos estrangeiros que tenham vínculo com a UFMG. No ano de 2012, a oferta foi feita como atividade de extensão. Após a aprovação, pela PROGRAD, do projeto de criação de disciplinas de Português Língua Adicional, quatro disciplinas passaram a integrar a oferta regular da FALE a alunos estrangeiros regularmente matriculados na UFMG: Português Língua Adicional Nível Básico, Nível Intermediário, Produção oral e escrita a partir de tarefas comunicativas, e Escrita Acadêmica. Atualmente, todos os intercambistas estrangeiros que têm interesse conseguem matricular-se nos cursos.

A intenção da DRI é manter as disciplinas de Português Língua Adicional de forma a atender todos os estrangeiros com vínculo com a UFMG.

7) Acolhimento ao intercambista: adequação da dimensão do Serviço de Apoio e Recepção aos Estudantes e Pesquisadores Estrangeiros, setor administrativo da DRI, às reais necessidades da UFMG.

Em 2015, foi criado o setor de Acolhimento da DRI com o objetivo de aprimorar a recepção dos intercambistas na UFMG. O setor realiza diversas ações de apoio e recepção aos estrangeiros

como as campanhas de apadrinhamento aos alunos intercambistas e organizam atividades, passeios e eventos culturais e de integração.

A UFMG recebeu em 2015 um total de 1392 alunos estrangeiros, sendo 1087 da pós-graduação e 305 da graduação, desses, a totalidade dos alunos da graduação e alguns alunos da pós-graduação são recebidos pelo setor.

Dentre suas prioridades operacionais, elencam-se ações como a ampliação e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo setor de Acolhimento da DRI, elaborando tutorial de padronização de procedimentos, atualizando o guia do estudante estrangeiro. Além disso, constam da agenda a criação de um Programa de embaixadores UFMG, a realização de seminários de preparação de alunos recém-matriculados na UFMG (futuros intercambistas), a preparação de documentos escritos em três idiomas, e o aprimoramento dos sistemas de registro e controle internos.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de definir alternativas para atender às necessidades de alojamento em Belo Horizonte de estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Em novembro de 2012, foi assinado o Convênio Moradia Intercambistas UFMG nº 088/12-00, SICONV nº 775391/2012, disponibilizando 50 vagas para a DRI em quitinetes da Moradia Universitária – FUMP. E em abril de 2016, foi celebrado novo Termo de Colaboração no. 826677/2016 com a manutenção dessas vagas, que são destinadas à hospedagem de estudantes, professores e visitantes oriundos de instituições de ensino superior de outros países ou do Brasil que estejam desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão junto à UFMG.

Desde 2013, como alternativa àqueles estudantes que não são acomodados na moradia, a DRI disponibiliza e atualiza catálogo com sugestão de locais de hospedagem em Belo Horizonte. Em 2015, foram disponibilizadas 173 vagas. Faz-se necessário, contudo, implementar um sistema operacional para melhorar a gestão das vagas na Moradia Universitária e disponibilizar locais adequados ao perfil dos pesquisadores visitantes para hospeda-los.

8) Recursos e mobilidade: dotar a DRI de recursos financeiros destinados a apoiar a participação em programas de mobilidade internacional de estudantes que, embora demonstrando mérito acadêmico e interesse no intercâmbio, não disponham de meios financeiros suficientes para custeá-lo.

A totalidade dos recursos financeiros destinados ao Programa de intercâmbio *Minas Mundi* foi distribuída aos alunos FUMP em 2015. No que tange a essa área, é preciso aumentar os subsídios da DRI destinados a apoiar a mobilidade de alunos socialmente vulneráveis e planejar ações conjuntas de sensibilização da comunidade universitária sobre internacionalização inclusiva.

9) Capacitação de servidores: Capacitar os servidores da DRI para o trato dos processos de internacionalização inerentes a sua função.

Entre 2013 e 2015, a equipe da DRI recebeu aulas particulares para aprimorar o inglês, e em 2014, todos os servidores participaram do programa de capacitação InterTEC UFMG, visitando instâncias responsáveis pela internacionalização de universidades de outras cidades do Brasil para trocar experiências e conhecer as boas práticas.

Em 2014 e 2015, os servidores tiveram a oportunidade de participar de outros programas de capacitação em universidades no exterior como: treinamento sobre atividades ligadas a internacionalização na Universidade do Porto, Escala para técnicos, Erasmus IBRASIL e *Russian-Brazilian Internship Programme*.

Pretende-se, em 2016, que os servidores da DRI possam se candidatar para realizar capacitação no exterior através dos Projetos Erasmus PONCHO e IBRASIL.

10) Parcerias internacionais estratégicas: expansão das experiências decorrentes de mobilidade discente em nível de graduação por meio de ações pontuais de acolhimento e acompanhamento e identificação de universidades parceiras com alto potencial de trabalho conjunto, fortalecendo parcerias estratégicas em pós-graduação em regime de co-tutela e a produção de conhecimento em coautoria.

Propõe-se que a nomeação de parceiros estratégicos seja feita de forma indutiva por meio da identificação de parcerias promissoras já em andamento e que possam ser agrupadas de forma multidisciplinar para fortalecer, por meio de ações conjuntas, o processo de internacionalização da Universidade.

O principal objetivo é criar e desenvolver uma rede de parcerias internacionais estratégicas (PIE) com a finalidade de: desenvolver relações internacionais de alta qualidade, por meio da colaboração conjunta; melhorar a mobilidade discente e docente através de programas de estudo e pesquisa de curta e média duração, assim como estágios supervisionados, e a orientação de teses de doutorado em regime de cotutela; internacionalizar o currículo através do desenvolvimento de novas pedagogias de ensino com foco em aprendizagem colaborativa; promover a visibilidade da UFMG em outras instituições de ensino superior no contexto internacional.

As ideias centrais do programa PIE foram apresentadas pela DRI na reunião de equipe no dia 10 de abril de 2015, após terem sido discutidas com a PRPG e PRPq. Em continuidade, pretende-se promover o lançamento prospectivo da proposta em tela por meio da discussão por pares envolvendo os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da UFMG. Pretende-se, ainda,

mapear parcerias produtivas já existentes em todas as áreas do conhecimento na UFMG e tentar identificar convergências de instituições parceiras.

AÇÕES CULTURAIS

O que foi realizado?
<p>Dentre os compromissos que o PDI assumiu nesse âmbito estão alguns bem pontuais e outros mais gerais. Dentre as de âmbito geral tem por ex. a de atrair turismo para Minas Gerais. Este bem difícil de avaliar uma vez que não há como buscar informação e indicadores sobre o ponto. Também é um tema que está um pouco a margem da atividade fim da Universidade. Dentre os mensuráveis encontramos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Reestruturação e a expansão dos sistemas de museus e dos espaços expositivos da Universidade. Efetivamente a rede de museus passou a incluir novos projetos e espaços, incluindo ações de exposição itinerante. Está em fase de implementação um projeto piloto de digitalização de acervos. O trabalho está sendo desenvolvido com o acervo do Clube da Esquina, uma parceria entre a Rede de Museus, o Centro de Referência da Música de Minas e a Associação dos Amigos do Museu Clube da Esquina.2. A implantação do Centro de Artes Performáticas. Em estudos, há um projeto arquitetônico no nível básico.3. A implantação do Campus Cultural de Tiradentes. Criado em 2011, a partir de um Termo de Cooperação entre a Universidade e a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, o projeto é vinculado à Diretoria de Ação Cultural da UFMG. O Campus Cultural UFMG em Tiradentes tem como objetivo desenvolver atividades na esfera de todas as manifestações da arte e da cultura, por meio de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de cooperação com instituições públicas e privadas de Tiradentes e de outras cidades da região. Integram o Campus Cultural: o Museu Casa Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro de Estudos sobre o Século XVIII, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos.4. Fortalecimento da política editorial da UFMG, ampliação da capacidade editorial da Editora UFMG. <p>Considerando a quantidade de títulos publicados observa-se a seguinte variação</p> <p>2013 – 57 títulos</p> <p>2014 – 47 títulos</p>

2015 – 27 títulos

2016 – 50 títulos (previsão)

Houve uma redução a partir de 2013 e uma recuperação em 2015.

Contudo houve um aumento no número de traduções.

2013 - 3

2014 - 7

2015 - 5

2016 – 8

Em 2013, a Editora UFMG possuía 23 técnicos administrativos. De 2013 até 2016 foram 7 remoções e 17 servidores entraram em exercício. Em 2017 tivemos a entrada de mais 2 servidores. Contudo, houveram exonerações, seja porque o servidor passou em outro concurso ou por aposentadoria. Hoje temos um total de 39 técnicos administrativos ativos.

Em 2013, a Editora contava com 15 terceirizados. Em 2016, conta com apenas 6 terceirizados.

5. Melhorar e aperfeiçoar o Espaço do Conhecimento.

A parceria inicial com a Tim foi desfeita e a UFMG passou a arcar com todo ônus de manutenção do aparelho. Contudo, os equipamentos do planetário foram atualizados, o café passou a funcionar regularmente e as exposições estão sendo renovadas. A visitação está evoluindo e as bolsas de monitoria estão sendo mantidas. O Espaço começa a produzir conteúdos para o planetário.

6. Realizar estudos visando a ampliação do Sistema de Museus da UFMG:

- i) Centro de Museus e Espaços Expositivos;
- ii) Museu da Vida Urbana;
- iii) Museu Histórico da UFMG; Museu Darcy Ribeiro, em Montes Claros;
- iv) Centro de Referência e Museu da Música de Minas Gerais.

Está sendo implementado como projeto de pesquisa e extensão envolvendo profs, técnicos e alunos de diversas unidades: Música, História, Letras, Fae, Ciências da Informação, Belas Artes, Arquitetura, Rede de Museus, Economia e Centro Pedagógico.

7. Criação da Pró-Reitoria de Cultura.

A Diretoria de Ação Cultural (DAC) está sendo reorganizada com estrutura e autonomia de uma Pró-reitoria. Está atualmente alocada diretamente ao gabinete do Reitor e uma vez organizada estará apta a se transformar em uma Pró-Reitoria. Tem desenvolvido diversos projetos e tem em seu organograma os diversos espaços de cultura, incluindo Centro Cultural de Tiradentes. Está também responsável por uma Formação Transversal em Artes.

O que não foi realizado? Justificativa
<ol style="list-style-type: none"> 1. A implantação do Centro de Artes Performáticas. Com os cortes orçamentários de custeio e investimento este projeto não pode ser levado adiante. 2. A criação da Pró-Reitoria de Cultura. O processo está em andamento e ainda não pode ser concluído. As atividades de cultura na UFMG têm sua origem em unidades diversas, em tempos diferentes. O trabalho de dar uma estrutura é naturalmente lento. Contudo, a estrutura e o funcionamento da DAC neste momento tem o status de uma pró-reitoria. 3. O Centro de Referência da Música de Minas está implantado como um projeto de extensão e pesquisa de caráter multidisciplinar envolvendo professores e alunos bolsistas das áreas de Música, História, Ciências da Informação, Arquitetura, Belas Artes, Centro Pedagógico e Letras. Existem projetos de exposição em módulos, itinerância, e espaço físico.
O que precisa ser revisto para o próximo PDI?
<p>Adequar os projetos de manutenção e expansão as condições políticas e econômicas que se prenunciam. Uma possibilidade seria buscar parceiros institucionais para os projetos, viabilizando o seu funcionamento. O Espaço do Conhecimento está sendo um balão de ensaio nessa direção.</p> <p>Uma coordenação das ações para que não se superponham atividades similares.</p> <p>Melhorar significativamente as ações de comunicação entre os diversos órgãos e unidades e especialmente entre a UFMG e a sociedade.</p>
Ações da CPA
Incentivar os sujeitos, unidades acadêmicas e demais setores administrativos a desenvolverem processos de auto avaliação e comunica-los à comunidade.

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

O que foi realizado?
<p>Objetivo</p> <p>Implantar o sistema de comunicação digital da Universidade Federal de Minas Gerais, contribuindo para inseri-la no mesmo patamar que as universidades de classe mundial.</p> <p>No cenário contemporâneo da comunicação, coexistem lógicas transmissivas e colaborativas.</p>

Portanto, para a implantação de um sistema digital, alterações se fizeram necessárias para a reconfiguração do processo comunicacional. Foi preciso, por exemplo, reorganizar as dinâmicas e lógicas de produção das mídias (Rádio UFMG Educativa, TV UFMG, Boletim UFMG), anteriormente concebidas isoladamente.

A ideia é reorientar a produção de conteúdo, ressignificar o papel dos atores comunicacionais e contemplar narrativas que dialoguem com múltiplos dispositivos para promover a inter-relação no campo comunicacional. Tais mudanças estão em curso, demandando, inclusive, nova organização física do espaço de trabalho e das equipes do Centro de Comunicação, bem como das dinâmicas e arranjos produtivos.

Ao mesmo tempo, também é necessário empreender alterações nos próprios dispositivos de comunicação. A fase inicial dessa etapa é o lançamento do novo Portal UFMG, concebido e desenvolvido a partir de lógica interativa.

Testes foram realizados para indicar a infraestrutura lógica necessária a ser fornecida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Universidade. Esses testes foram realizados, os resultados, analisados, e o lançamento aguarda o término da greve dos servidores técnico-administrativos e dos docentes e do movimento de ocupações dos estudantes. A expectativa é de que ocorra no primeiro semestre de 2017.

Metas

Criar o Observatório Web da UFMG

Essa plataforma foi desenvolvida pelo INCT Web (InWeb), do Departamento de Ciência da Computação, e entregue customizada ao Cedecom, em 2014. O objetivo da parceria era estreitar a relação entre o DCC e o Centro de Comunicação, abrindo espaço para bolsistas e para análise e provimento de recursos tecnológicos destinados ao monitoramento e à avaliação da percepção pública da UFMG em portais e redes sociais. Esse monitoramento chegou a ser realizado com dados extraídos de portais de notícias do país, do Facebook, do Twitter e do Instagram. Menções feitas em ‘geotags’ também eram acompanhadas por meio dessa ferramenta.

Em 2016, o Facebook e o Instagram bloquearam a Interface de Programação de Aplicativos (API) que viabilizava a busca e o compartilhamento de dados nessas redes sociais, restringindo o trabalho da equipe. No momento, a UFMG trabalha para identificar novos recursos tecnológicos que lhe permita descobrir o que se fala dela na rede e extrair outros conhecimentos sobre a imagem que o público tem da instituição.

Implantar a TV Digital UFMG, bem como um laboratório multiusuário a ela vinculado, envolvendo recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio de Libras.

Para além da substituição e aquisição de equipamentos, etapa necessária para assegurar as

condições instrumentais de produção, a implantação da TV UFMG digital passa por reordenação do trabalho. Se antes era possível conceber e destinar a produção audiovisual para os chamados canais de televisão (abertos ou por cabo), hoje não é mais possível, pois até o conceito de canal (“físico”) está em discussão. Parte dos equipamentos e da migração de sistemas foi realizada, mas ainda há um conjunto de atividades a serem concretizadas, bem como a aquisição de novos instrumentos de produção.

Em relação à implantação de laboratório multiusuário vinculado à TV UFMG, houve uma reordenação da meta. Se antes a mesma estava associada à criação de condições espaciais e de infraestrutura computacional para assegurar o acesso à comunidade universitária – meta que foi severamente afetada em razão do contingenciamento e corte de recursos –, o que se busca hoje é a criação de condições compartilhadas de produção e distribuição do conteúdo audiovisual desenvolvido no âmbito da Universidade. Mais do que um “lugar”, o fundamental é reorientar o conceito de que a TV UFMG deve ser um espaço que assegure condições de visibilidade aos produtos audiovisuais da Universidade.

Em relação ao uso de recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), houve a reorientação do trabalho do Cedecom. Se até 2014 havia um núcleo de acessibilidade e de inclusão integrado ao Centro de Comunicação, a partir 2015 o grupo de servidores e as estratégias de trabalho e atuação foram incorporados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Essa decisão é parte do processo de reestruturação do Cedecom, que vem se esforçando nos últimos tempos para focalizar sua atuação na comunicação institucional.

Criar o Laboratório de Práticas Multidisciplinares em Comunicação, cuja primeira atividade consistirá na cobertura esportiva diferenciada da Copa do Mundo de 2014.

Houve uma cobertura diferenciada da Copa do Mundo de 2014, principalmente por parte da equipe da Rádio UFMG Educativa. O trabalho baseou-se no planejamento e execução de uma cobertura especial da Copa do Mundo de 2014 com o envolvimento de todos os setores da emissora: programação musical, produção, publicidade educativa, técnica e jornalismo. Houve uma experiência piloto no ano anterior com a cobertura da Copa das Confederações. Após a copa, esse núcleo manteve-se ativo em algumas oportunidades, promovendo, por exemplo, a transmissão das finais dos torneios de futsal da Semana do Servidor em 2014 e 2015.

Dar maior visibilidade à produção acadêmica da UFMG

Essa meta vem sendo cumprida sistematicamente pela equipe do Cedecom, seja por meio dos veículos que gerencia ou por meio de parcerias com órgãos da UFMG e fora dela. É o caso, por exemplo, do Portal de Periódicos, idealizado pela Diretoria de Produção Científica da Pró-reitoria de Pesquisa e produzido pelo Núcleo Web do Cedecom. Ressalte-se, ainda, que o Cedecom é membro

fundador e atualmente coordenador da Rede Mineira de Comunicação Científica (RMMCC), constituída em parceria com instituições de pesquisa e fomento em Minas Gerais. Essa rede trabalhou na cobertura jornalística integrada da Reunião da SBPC, realizada em julho de 2016, em Porto Seguro (BA), proposta apresentada e coordenada pelo Centro de Comunicação da UFMG. O crescimento da inserção da UFMG nas redes sociais também contribuiu para o aumento da visibilidade da instituição. Atualmente, o Cedecom administra 13 redes sociais. Com 122 mil 'fãs', por exemplo, a página da UFMG no Facebook é uma das mais acessadas entre as das instituições de ensino superior brasileiras.

Ações

Desenvolver e implementar aplicativos para dispositivos de comunicação móveis (smartphones e tablets).

Em parceria com a Pró-reitoria de Graduação, foram desenvolvidos aplicativos e serviços virtuais para atendimento de estudantes, como o Viver UFMG, a UFMG Jovem e a Mostra Virtual das Profissões.

Reformular o Portal Web da UFMG

Ação em fase final de implantação. Parte do novo dispositivo começa a operar no primeiro semestre de 2017

Criar, em parceria com o Grupo de Estudos de Futebol e Torcida, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional (GEFUT), o programa radiofônico Óbvio Ululante.

Ação implantada e executada durante a Copa do Mundo de 2014.

O que não foi realizado? Justificativa

Propiciar melhor controle social das atividades realizadas pela UFMG (parcialmente)

Seguramente, a comunicação desempenha papel importante naquilo que se denomina *accountability* institucional e vem se empenhando diuturnamente para o cumprimento desse controle. Parte-se do princípio de que interessa à sociedade o que se passa intramuros, dando sentido à missão e aos valores da Universidade como instituição pública. Para isso, é necessário fortalecer a comunicação institucional, assegurando a ela recursos e, sobretudo, autonomia (regulada pela existência de uma Política de Comunicação Institucional) para que a produção acadêmica possa ser compartilhada socialmente. No entanto, essa não é atribuição exclusiva da comunicação. As áreas de Ouvidoria e Gestão Informacional também devem atuar junto com a Comunicação Institucional para assegurar a visibilidade pública e o controle social.

Modernizar e atualizar os equipamentos de tecnologia da Informação da Universidade (não cumprida) DESLOCADA

Atribuição da Diretoria de Tecnologia da Informação, esse trabalho é fundamental para garantir a

entrada em vigor do novo Portal da UFMG

Contribuir para o incremento da internacionalização da Universidade (parcialmente)

Essa meta é um dos desdobramentos da entrada em operação do novo Portal da UFMG. É sabido que a visibilidade de uma instituição em âmbito global depende de sua plena inserção no meio digital. A UFMG tem um portal antigo – lançado em 2000 – e sua reformulação é fundamental para dar visibilidade à produção acadêmica da instituição, resultando, inclusive, na melhora relativa de seu posicionamento em rankings globais de avaliação de universidades. Outras ações no campo da comunicação institucional também foram empreendidas nos últimos tempos, como a edição de material de divulgação trilingue da Universidade, disponibilizado para toda a comunidade acadêmica por meio do endereço https://www.ufmg.br/conheca/nu_index.shtml) e “vídeos institucionais” (<https://www.ufmg.br/conheca/videos-institucionais.shtml>)

Ações

Criar programa radiofônico sobre Nutrição Esportiva e Saúde Alimentar, direcionado aos praticantes de atividades físicas diversas, inclusive atletas, amadores ou profissionais. (parcialmente)

Sobre a temática da saúde alimentar, foi estabelecida parceria com o curso de Nutrição da UFMG (vide programação em <https://www.ufmg.br/online/radio/arquivos/003170.shtml>). Em relação ao programa sobre Nutrição Esportiva, tal ação não foi desenvolvida em função de tal demanda não ser uma ação de comunicação permanente. Ela é incorporada ao trabalho de cobertura esportiva realizada pela Rádio UFMG Educativa. Vale, no entanto, destacar que a criação de programas não deve ser uma ação de um Plano de Desenvolvimento Institucional, pois se trata da rotina e da dinâmica do trabalho de comunicação.

Promover, com transmissão pelas mídias da UFMG, debates que abordem a relação entre futebol, linguagem, sociologia e artes, bem como o uso dos conceitos de probabilidades no esporte (parcialmente)

Tais ações veem sendo realizadas no âmbito do programa “Óbvio Ululante” (<https://www.ufmg.br/online/radio/arquivos/003170.shtml>), que se dedica à análise da cobertura esportiva. Também é uma ação que, em nosso entendimento, não deve constar de um PDI.

Promover, com transmissão pelas mídias da UFMG, debates que abordem os impactos e as consequências da Copa do Mundo para o Brasil, incluindo aspectos relacionados ao turismo – local, regional e nacional -, mas não se limitando a isto. (parcialmente)

Tais ações veem sendo realizadas no âmbito do programa “Óbvio Ululante” (<https://www.ufmg.br/online/radio/arquivos/003170.shtml>), que se dedica à análise, a partir de diversos aspectos, da cobertura esportiva.

Propiciar atividades de formação acadêmica – inclusive aquelas organizadas em formato que possam

<p>gerar créditos para os estudantes – para alunos do curso de Comunicação Social interessados em atuar na cobertura esportiva. (não cumprida) – ESTÁ NA GRADUAÇÃO</p> <p>Ação não cumprida. As atividades do Cedecom têm caráter formativo, mas de natureza complementar e não formal. O Cedecom é um órgão administrativo, e atividades de formação que gerem créditos devem ser oferecidas por unidades acadêmicas com anuência dos órgãos colegiados. Para implantar esse tipo de ação, seria necessária uma articulação formal com colegiados de cursos, em especial do de Comunicação, o que não aconteceu.</p>
<p>O que precisa ser revisto para o próximo PDI?</p>
<p>Não parece adequado que o Plano de Desenvolvimento Institucional, naquilo que concerne o campo de atuação da Comunicação, se atenha a metas e ações pontuais (criação de laboratórios e programas, desenvolvimento de aplicativos, proposta de parcerias etc.) como as enumeradas e previstas no PDI ainda em vigor. O próximo Plano de Desenvolvimento Institucional deve oferecer diretrizes conceituais que assegurem o entendimento do que venha a ser a “prática da comunicação institucional na e pela UFMG” – deve, portanto, indicar ações globais e estruturantes. Por exemplo, a Universidade carece de uma política de comunicação, documento capaz de orientar essa prática na Universidade, instituição que reconhece nos anos 2000 a necessidade da comunicação como área técnica, mas que não assegurou, por meio de uma política, a organicidade desta atividade. A falta de uma política de uma comunicação dificulta a gestão de diversos processos, como articulação dos diversos núcleos de comunicação existentes na Instituição. Levantamento realizado em 2015 apontou a existência de estruturas de comunicação, além do próprio Centro de Comunicação, em 21 unidades administrativas, 12 unidades acadêmicas e em nove projetos e programas.</p>
<p>Ações da CPA</p>
<p>Recomendar o desenvolvimento de estratégias e processos para ampliar a divulgação de trabalhos e relatórios produzidos no âmbito da Comissão.</p>

ADMINISTRAÇÃO

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DA UFMG	RELATO AVALIATIVO
OBJETIVO	
1. Implantar sistema eficiente e abrangente de gestão pública, informatizando e integrando os	A Pró-Reitoria de Administração adquiriu o Sistema Administrativo de Gestão Pública e
processos administrativos nas áreas de materiais e almoxarifado, patrimônio, compras e	foram implantados os módulos de materiais e almoxarifado e compras e licitações.

e licitações; e gerenciamento de contratos, gerenciamento, orçamentário e financeiro.	Além destes, o módulo de controle e acompanhamento de processos foi implantado no âmbito da UFMG.
METAS	
1. Facilitar as ações de aquisições de bens e serviços, recepção e acompanhamento contratual,	A Pró-Reitoria de Administração realizou em 2013 um leilão para desfazimento de bens
gestão patrimonial, estocagem, distribuição e desfazimento de bens inservíveis em toda a	bens inservíveis em toda a UFMG. Neste momento encontra-se em andamento um novo
instituição - unidades acadêmicas e órgãos administrativos	processo para leilão de bens inservíveis que envolverá todas as unidades da UFMG. A conclusão
	do processo está prevista para o dia 31/07/2017.
2. Proporcionar economia de escala e rapidez nas aquisições	A Pró-Reitoria de Administração implementou o calendário anual de compras e definiu horários de
	para atendimento aos compradores da UFMG.
3. Otimizar os recursos humanos e materiais alocados nas atividades administrativas	A Pró-Reitoria de Administração promoveu a consolidação de atividades administrativas de cinco de
	seus departamentos em uma única secretaria administrativa.
4. Desenvolver instrumentos de gestão com base nos fluxos efetivos de custeio, compras e	A Pró-Reitoria de Administração implementou acompanhamento orçamentário e financeiro que
e serviços concernentes às diversas unidades gestoras	possibilitou a gestão financeira centralizada com acompanhamento diário dos gastos.
AÇÕES	
1. Estruturar um Departamento de Administração Geral, a partir de divisões e seções da vertente	Em andamento.
administrativa do DLO, de forma a dar suporte a toda a Universidade	
2. Implantar núcleos administrativos avançados nos Campi Saúde e Montes Claros	

<p>3. Consolidar a implantação do sistema computacional administrativo ora em curso</p>	<p>Os módulos materiais e almoxarifado e compras e licitações encontram-se implantados e em pleno uso. Temos cadastrados até o momento, no módulo de almoxarifado e patrimônio aproximadamente 21.000 itens de materiais de consumo e permanentes e no módulo de compras aproximadamente 9.000 processos.</p>
<p>4. Consolidar e ampliar a atuação da Divisão de Compras da UFMG de forma a atender a todos os órgãos e unidades, centralizando, na medida do possível, os processos de compras comuns e compras comuns e adotando cronograma de aquisição unificada para toda a Universidade</p>	<p>A Divisão de Compras do DLO, responsável pelas aquisições de bens e serviços para a Universidade tem promovido atas de registro de preços, para atendimento a toda a Universidade, tais como: materiais de informática, materiais de escritório, mobiliário, livros, equipamentos de audio e vídeo, eletrodomésticos e eletroportáteis, etc</p>
<p>5. Estruturar um sistema centralizado de recepção, acompanhamento contratual e desfazimento atendendo o conjunto de órgãos e unidades da UFMG</p>	<p>Em fase de implantação.</p>
<p>6. Formalizar procedimentos para apropriação dos custos, por unidade, possibilitando a avaliação realista da alocação do OCC a cada unidade</p>	<p>Implantado.</p>
<p>APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS COMUNITÁRIOS</p>	<p>RELATO AVALIATIVO</p>
<p>OBJETIVO</p>	
<p>1. Melhorar o atendimento, em termos sanitários, de diversidade e de qualidade, aos usuários de cantinas e restaurantes na UFMG</p>	<p>A Pró-Reitoria de Administração implementou em 2016 projeto piloto que permitiu a concessão de uso de espaço para a comercialização de alimentação por meio de food trucks, ampliando assim a oferta de alimentação no Campus Pampulha.</p>

METAS	
1. Introduzir, nos contratos de limpeza e desinfecção de áreas da Universidade, novas cláusulas que estimulem o aumento da eficiência e da produtividade e a redução do desperdício	
2. Aprimorar os procedimentos referentes às concessões de restaurantes e cantinas, com base em avaliações dos usuários diretos	O aplicativo para avaliação da prestação do serviço das cantinas e restaurantes que possibilitará a cobrança de valores diferenciados de aluguel foi concluído e será implementado no primeiro trimestre de 2017.
AÇÕES	
1. Atualizar o levantamento de áreas das edificações e sua produtividade para alterações dos contratos de limpeza	
2. Incluir, nos contratos de limpeza, a utilização de equipamentos que possam aumentar a produtividade na prestação do serviço, sem perda da qualidade	
3. Especificar, nos contratos de limpeza, os procedimentos e as produtividades correspondentes, em função da especificidade de cada área	
4. Estabelecer procedimentos de fiscalização dos serviços de limpeza integrando as avaliações do usuário final às avaliações técnicas realizadas pelas unidades e pela Administração Central	
5. Introduzir, nos contratos de concessão de uso de cantinas e restaurantes, cláusulas que permitam valores diferenciados em função da qualidade do serviço prestado, conforme avaliações dos usuários	O aplicativo para avaliação da prestação do serviço das cantinas e restaurantes que possibilitará a cobrança de valores diferenciados de aluguel foi concluído.
MELHORIA DA SEGURANÇA, DOS TRANSPORTES E DO TRÂNSITO	RELATO AVALIATIVO
OBJETIVO	
1. Melhorar as condições de segurança física e patrimonial na UFMG, bem como a circulação de pessoas e o trânsito de veículos, aí incluídas as possibilidades de estacionamento, no campus Pampulha	A Pró-Reitoria de Administração deu andamento à implementação do Plano Diretor de Segurança Universitária com aquisição de equipamentos que permitam melhor atuação das equipes.
METAS	

1. Concluir a implantação do Plano Diretor de Segurança Universitária na UFMG, aprimorando-o com o uso de novas abordagens e ferramentas de análise	Uma das etapas do Plano Diretor de Segurança Universitária, a instalação de câmeras de monitoramento foi ampliada significativamente em 2016.
2. Qualificar o uso do espaço público correspondente ao sistema viário e pátios de estacionamento do campus Pampulha	
3. Melhorar a mobilidade da comunidade, por meio da implantação de formas alternativas de transporte interno e da melhoria do transporte coletivo, interno e municipal	
AÇÕES	
1. Concluir a instalação do sistema de monitoramento por câmeras e alarmes e sua pela integração ao Circuito Fechado de TV (CFTV)	A UFMG conta atualmente com aproximadamente 1800 câmeras de monitoramento instaladas no Campus Pampulha, campus Saúde, unidades isoladas em Belo Horizonte, Instituto de Ciências Agrárias em Montes Claros.
2. Implantar: i) a identidade funcional para toda a comunidade da UFMG; ii) o controle automatizado de acesso de veículos ao Campus Pampulha; iii) o controle de acesso às edificações da UFMG, com o uso de catracas e cancelas, nos ambientes em que sua administração o solicitar	A instalação do sistema de controle de acesso por meio de catracas e cancelas encontra-se em funcionamento em diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFMG. A identidade funcional foi implementada e tem sido utilizada no acesso às unidades, aos restaurantes universitários e bibliotecas.
3. Adotar medidas visando a melhorar a qualidade da frota de veículos da UFMG, com a introdução da manutenção preventiva e do planejamento de sua renovação, bem como adequando as condições de infraestrutura da Divisão de Transportes	A Pró-Reitoria de Administração realizou amplo estudo da frota para avaliação do custo/benefício de renovação da frota por meio da locação de veículos ao invés de aquisição.

<p>4. Melhorar as condições de segurança dos campi da UFMG, por meio do treinamento contínuo das equipes de vigilância; do emprego de técnicas de monitoramento eletrônico; da coleta de dados que permitam estabelecer indicadores de segurança adequados para orientar tanto os usuários desses ambientes, quanto a administração da Universidade</p>	<p>A Pró-Reitoria de Administração adquiriu equipamentos de áudio e vídeo (câmeras go pro) para possibilitar melhor monitoramento da segurança na UFMG e permitir melhor atuação das equipes.</p>
<p>5. Minimizar as dificuldades de mobilidade do campus Pampulha, por meio da otimização do transporte coletivo; pelo incentivo aos meios de locomoção alternativos, como a bicicleta; por intervenções em seu sistema viário, com a melhoria da sinalização e dificultando que suas vias sejam utilizadas por veículos que pretendam apenas atravessá-lo</p>	
<p>6. Realizar a gestão integrada das questões relativas ao tráfego e estacionamento de veículos e circulação de pessoas, por meio da recém-criada Divisão de Circulação e Trânsito do DLO</p>	
<p>ADEQUAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS</p>	<p>RELATO AVALIATIVO</p>
<p>OBJETIVO</p>	
<p>1. Promover a efetiva institucionalização da gestão de resíduos no âmbito da UFMG, com o envolvimento pleno da comunidade, das unidades e da Administração Central, bem como pelo estabelecimento de: i) diretrizes apropriadas; ii) infraestrutura física e funcional necessárias e iii) instrumentos adequados à sua implantação</p>	<p>Concluído. O Departamento de Gestão Ambiental da PRA é responsável pela gestão de resíduos no âmbito da UFMG, com a participação de servidores de todas as unidades.</p>
<p>METAS</p>	
<p>1. Ampliar o envolvimento do corpo acadêmico e administrativo nas ações de gestão ambiental</p>	<p>A Pró-Reitoria de Administração promove periodicamente campanhas de sensibilização da comunidade para a utilização adequada e descarte ambientalmente correto dos resíduos aqui gerados.</p>
<p>2. Buscar a aprovação, junto aos órgãos externos, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais do Campus Pampulha e dos projetos de Esgoto não Doméstico (END) para todas as unidades geradoras</p>	<p>O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais do Campus Pampulha foi aprovado pela Superintendência de Limpeza Urbana e pela Vigilância Sanitária do município de Belo Horizonte.</p>

3. Implantar e consolidar um projeto universitário de gestão ambiental, envolvendo o monitoramento permanente dos efluentes.	A Pró-Reitoria de Administração está implementando o Programa de Recebimento e Controle de Efluentes não Domésticos junto à COPASA.
AÇÕES	
1. Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos a UFMG	O Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos foi implantado em observância à legislação pertinente e com a coleta regular dos resíduos químicos gerados nos diversos laboratórios da UFMG.
2. Implantar rede de gestores de resíduos em todas as unidades acadêmicas e dependências administrativas da UFMG, trabalhando sob a orientação do DGA com a observância das normas emanadas dos órgãos fiscalizadores	Em andamento.
3. Implantar a coleta seletiva de resíduos, em todas as unidades acadêmicas e dependências administrativas da UFMG	A coleta seletiva de resíduos foi implementada no âmbito da UFMG em cumprimento ao Decreto 5940/2006. A destinação dos resíduos recicláveis é feita para duas cooperativas de material reciclável conforme previsto na legislação.
4. Melhorar as condições de compostagem, definindo locais apropriados para o depósito de materiais e o aproveitamento de restos alimentares	
5. Adotar medidas adequadas para o descarte ou o reaproveitamento dos resíduos químicos, inclusive com a construção de entrepostos setoriais e com a criação de um banco de trocas de produtos químicos	O Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos foi implantado na UFMG, com levantamentos e coletas regulares de resíduos e seu descarte correto, de acordo com a legislação.
PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA UFMG	RELATO AVALIATIVO
OBJETIVO	
1. Desenvolver um conjunto de medidas voltado para a recuperação do passivo ambiental e de valorização urbanístico-ambiental dos campi da Universidade, bem como estabelecer políticas e diretrizes para preservação de recursos ambientais no âmbito da UFMG	
METAS	

1. Regularizar o licenciamento ambiental dos campi e das fazendas da UFMG	Em andamento.
2. Elaborar planos diretores ambientais para os campi e fazendas da UFMG	
3. Recuperar áreas degradadas e passíveis de valorização urbanística e ambiental no âmbito da Universidade	
AÇÕES	
1. Obter o licenciamento ambiental pleno do campus Pampulha	A Universidade obteve em 2016 a licença de operação - modalidade adequação do Campus Pampulha.
2. Proceder ao descomissionamento da área do antigo posto de abastecimento da UFMG no campus Pampulha	Concluído.
3. Proceder à recuperação ambiental, paisagística e urbanística do córrego Engenho Nogueira no Campus Pampulha	
4. Implantar o projeto do sistema de irrigação automatizado, com o uso de poços da UFMG, na Avenida Mendes Pimentel, jardins adjacentes e horto	O projeto para implantação de irrigação automatizado foi concluído e a obra teve início tendo sido paralisada tendo em vista problemas na sua execução, que geraram processo judicial.
5. Realizar levantamentos e estudos para subsidiar o diagnóstico e a elaboração de planos diretores ambientais dos campi e fazendas da UFMG	

III.1.3. Análise crítica do Capítulo 3 – Diretrizes Gerais PDI UFMG²

O capítulo sobre as Diretrizes Gerais da UFMG apresenta os referentes de planejamento institucional da UFMG, que orientam a construção da trajetória institucional pretendida, na escolha de programas e meios adequados ao seu desenvolvimento, em prol de um país mais igualitário e com inserção soberana nos processos de globalização. As instituições universitárias apoiam-se em princípios, por vezes incertos e contraditórios, especialmente em contextos de ampliação do atendimento – ou seja de inclusão na educação superior -; de crescentes reivindicações por reconhecimento das diferenças e diversidades dos sujeitos que as compõem e de expansão dos mercados educacionais, em especial com o crescimento do conhecimento aplicado como fator de lucratividade. Este complexo contexto, entretanto, não dispensa a Universidade pública, como uma das instituições de formação da cidadania, de estabelecer sua legitimidade a partir de princípios universais compartilhados pela sociedade. Para as universidades, os princípios institucionais articulam os múltiplos valores orientadores da socialização e profissionalização pretendida, em um sistema de diretrizes políticas e de identificações culturais.

Ao organizar seu campo de competências, seus programas e atividades, a UFMG os submete a uma leitura particular que é, ao mesmo tempo, o produto das ações pretéritas e a condição orientadora de seu desenvolvimento. Seu *modus operandi* a implica como instituição com uma "personalidade" própria, por manter múltiplas relações com o seu meio circundante e, mesmo que dependente do financiamento e da regulamentação federal, com autonomia de ação nos termos postos pela Constituição do país. A operação das instituições universitárias públicas no Brasil se fez, historicamente, mediante uma pluralidade de unidades autônomas que dispõem de competências próprias ou compartilhadas, de campos de atuação distintos e/ou sobrepostos e o reconhecimento da autonomia das partes que as compõem, nos termos postos pelos órgãos colegiados universitários de direção, potencializa a UFMG como ator coletivo capaz de construir-se na sua unidade, de estabelecer e articular múltiplos projetos e conferir uma orientação ao seu desenvolvimento.

² Autora: Profa. Marisa Duarte

REFERÊNCIAS:

BIGNOTTO, Newton. Pensar a república. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 603-629, nov. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 abr. 2016.

Flório, Victória. “Estamos vivendo um processo de “descerebramento”?. Ciência e Cultura, ano 67, nº3, jul-ago, 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação. Censo da Educação Superior. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em 12 abr. 2016.

RANIERI, Nina Beatriz. Educação superior, diretrizes e estado: na lei de diretrizes e bases (Lei nº 9.394/96). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

Os dez princípios condutores das ações de ensino, pesquisa e extensão na UFMG acham-se, por sua vez, agrupados em dois grandes referentes que os fundamentam.

Gestão republicana dos recursos financeiros, materiais, imateriais e humanos

Sob o referente da gestão republicana de recursos a UFMG fundamenta três princípios institucionais, relacionados, respectivamente, com a responsabilidade, transparência e defesa de seu patrimônio. Esses ancoram-se na teoria republicana contemporânea, que realça a importância do acordo entre duas formulações de políticas. Por um lado, a observância do sentido das leis fundamentais e por outro, a orientação do agir em nome do interesse público (Bignotto, 2000). O princípio de gestão republicana orienta diretrizes, objetivos e metas a serem formulados tanto nas propostas orçamentárias, quanto na execução financeira da UFMG, mas vai além. Ele conduz na UFMG as ações de seu corpo docente, técnico e administrativo, com observância das leis e as direciona para o interesse público. A direção pretendida não se faz sem tensões.

O substantivo interesse apresenta dois sentidos importantes para o significado do adjetivo público. É aquilo que retém a atenção, que prende o espírito, que é importante, útil ou vantajoso, mas expressa também o ganho aferido, o juro (ganho pretendido) de desse modo desvela como comportamos no espaço público. A comunidade da UFMG considera que o somatório dos ganhos individuais não produz necessariamente bens públicos, por essa razão a importância atribuída à gestão orientada por valores, mesmo que em detrimento ocasional de ganhos de eficiência na busca por resultados. Se o princípio republicano de orientação da gestão universitária requer uma comunidade ativa, cuja linhas normativas de ação valorizem a proteção da *res pública*, uma das suposições fundamentais, a esse respeito, envolve a separação entre o patrimônio público, os meios técnicos de administração, os funcionários e os gestores. A gestão republicana objetivada pela universidade busca coibir excessos, evitar os extremos e promover a justa medida na qual se constrói a justiça. Esses objetivos de separação dos interesses singulares no cotidiano da administração inclui no final das contas a configuração da cidadania ativa para as novas gerações.

A UFMG valoriza uma normatividade oposta às práticas neopatrimonialistas e acolhe todo um conjunto de direitos e deveres que remete seu corpo docente, discente e técnico administrativo aos cuidados com o bem público. Regras de convivência e de procedimentos, aprovadas pelos órgãos colegiados de deliberação da universidade, prescrevem para os que mandam a obediência, com o intuito de assegurar disposições mais permanentes protetoras da comunidade universitária e da sociedade em relação a interesses transitórios ou privados, à vontade caprichosa ou arbitrária. A defesa do patrimônio material e imaterial torna Universidade portadora de atributos próprios, numa

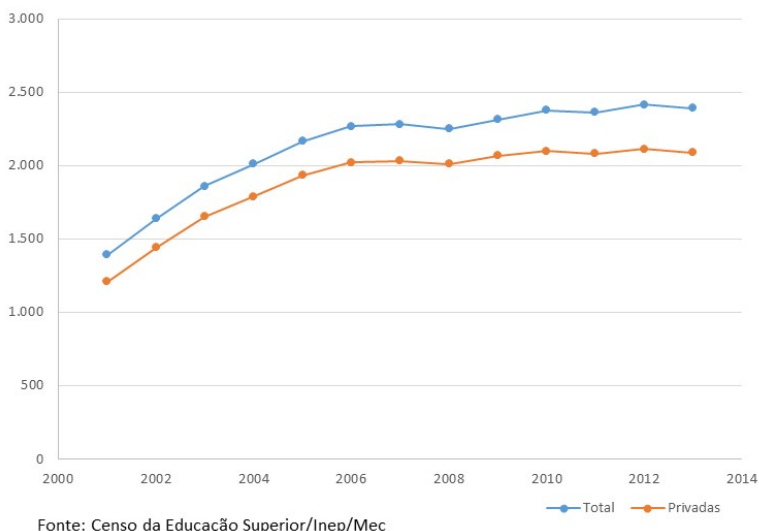
construção mutável de traços identitários adquiridos ao longo do tempo. Desse modo, o princípio da gestão republicana orienta a vida universitária para um ideal de excelência, no exercício da administração educacional.

Princípio institucional da excelência nas ações fins, associada a condições adequadas de funcionamento.

O dístico “inclusão com excelência” aponta um duplo desafio à UFMG, em um contexto premido pelos efeitos da expansão da Educação Superior sobre a égide do setor privado. O primeiro desafio envolve a formação profissional com qualidade, ou seja, uma formação contemporânea aos avanços das ciências e das tecnologias e não direcionada pelas demandas imediatas do mercado de trabalho. A este desafio a universidade associa um segundo, afeto a sua condição de instituição universitária, que envolve o domínio da pesquisa básica, como pilar para um emparelhamento do país ao conhecimento produzido internacionalmente e sua aplicação tecnológica. Enfrentar esse duplo desafio, requer das IES de excelência a reversão de um movimento já diagnosticado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em 2015, Ciência e Cultura (Flório, 2015, p.8) alertava para o movimento de “fuga de cérebros” no país. Se políticas de financiamento para jovens cientistas e pesquisadores seniores desenvolverem atividades no exteriores são necessárias, o movimento de internacionalização envolve, também, receber universitários de outros países. Essa a dinâmica de produção da excelência.

Nas últimas décadas, as universidades brasileiras, passaram por deslocamentos e mudanças em sua constituição, finalidades e práticas, seja por razões exógenas como a legislação, seja por mecanismos internos de resposta a condicionantes mais amplos (RANIERI, 2000, apud. CURY, 2014). No intervalo de doze anos, o número de instituições de educação superior no país cresceu a uma taxa média de 4,8% ao ano, impulsionada especialmente pela expansão ocorrida entre 2001 a 2007 das instituições privadas (Gráfico 1).

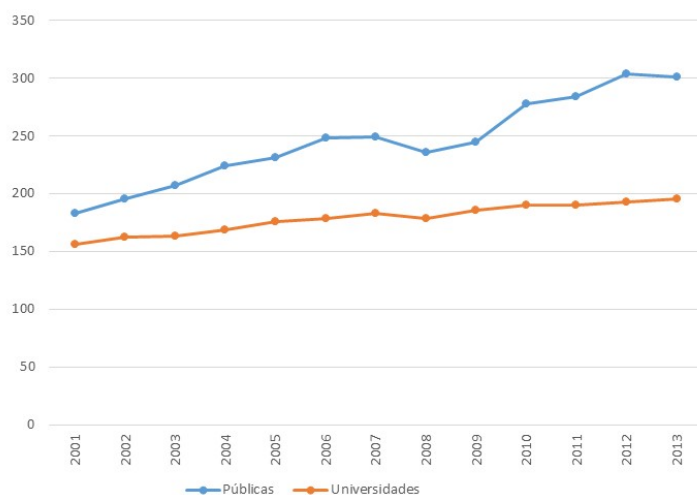
Gráfico 1- Evolução do número de Instituições de Educação Superior no Brasil



Se essa expansão do número de IES constituiu um fator de inclusão na educação superior, a maneira como ocorreu afetou o funcionamento das instituições universitárias. Cury (2014) ao alertar sobre o papel exercido pelas políticas de educação superior exaradas pelo executivo federal e sobre o modo como o órgão normativo do sistema (CNE) interpretou a legislação, reitera, como efeito dessa ações, a produção de uma expansão, hoje sem controle. Desse movimento predominaram instituições financiadas pelo setor privado, onde a qualidade nas ações de ensino, pesquisa e extensão fica condicionada à lógica da eficiência e da lucratividade. Metas crescentes de inclusão nas instituições universitárias públicas, por sua vez, sem a efetiva contrapartida de recursos e tempo de maturação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão as condicionam para priorizar ações de formação profissional e aperfeiçoamento "tout court", em detrimento de projetos pedagógicos inovadores.

O caminho que envolveu o aumento das instituições públicas no país, adotou a fórmula institucional universitária (Gráfico 2), porém numa forma mitigada de efetivação do princípio da indissociabilidade do ensino, da extensão e pesquisa.

Gráfico 2 –Evolução do número de Instituições públicas de educação superior e de universidades (públicas e privadas)



Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/Mec

No intervalo de 2001 a 2013, 73,8% das IES públicas eram universitárias, enquanto que as instituições privadas caracterizavam em sua maioria como unidades isoladas, que ofertavam menor número de cursos, muitas vezes apenas um. A partir de 2008, consolida-se o crescimento de IES públicas não universitárias (Gráfico 2), entretanto, são as universidades, públicas e privadas, que, apesar de menos numerosas, abarcam o maior percentual de matrículas (Inep/MEC, 2013). Essa forma de organização sistêmica implica as universidades federais às dimensões pragmáticas de inserção profissional dos estudantes. Nesse cenário o objetivo de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão é, muitas vezes, premido por metas mensuráveis de atendimento eficiente, pela prestação de contas de financiamento de projetos diversos, para a busca de fontes de apoio externas ao orçamento estatal.

O valor atribuído pela UFMG ao princípio da excelência acadêmica a posiciona na contramão da lógica estrita da eficiência a todo custo e da formação profissional conduzida por demandas diretas do mercado de trabalho. Sem desconhecer as possíveis associações entre gestão eficiente e republicana a universidade, ao orientar suas ações pelo princípio da excelência, busca estender-se para propor e propugnar por inovações tanto na atuação profissional de seus egressos e corpo docente, quanto na atuação cidadã. Ao princípio de excelência na vida institucional subjaz a ideia de qualidade voltada para inovações, tanto as tecnológicas, quanto às relacionadas à vida cotidiana, mediante formas de sociabilidade mais sustentáveis e solidárias.

Correlata à busca da excelência a presunção de que esta decorre de talentos e esforços individuais e coletivos. Se o princípio do mérito é central como valor orientador da universidade, as desigualdades sociais são consideradas inaceitáveis pela comunidade acadêmica e desta provém o reconhecimento de que, por si só, o mérito seja capaz de assegurar justiça social. As ações de redistribuição orientadoras do planejamento educacional na UFMG, para além da estrita

observância do princípio constitucional de gratuidade do ensino, importam desde o atendimento à população impedida de participar minimamente da cidadania à formulação e implementação de políticas públicas dedicadas a superação das desigualdades sociais.

III.2. AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFMG

Em 2003, o Conselho Universitário estabeleceu a criação de cursos noturnos como mecanismo prioritário e mais adequado para o alcance das metas de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior. Essa decisão fundamentou a alocação de novas vagas da proposta de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As metas para o período 2008-2012 foram: ampliar o total de vagas para mais de 6.509, correspondendo a uma matrícula projetada de 32.000 estudantes; ampliar o ingresso na pós-graduação (8.500 mestrandos e doutorandos); expandir o turno noturno; reduzir a seletividade social do concurso vestibular; propor cursos para o atendimento das demandas emergentes.

Os 31 cursos criados no REUNI (30 já reconhecidos pela visita in loco do MEC), resultam da experiência acumulada pela UFMG, no âmbito da graduação, da pós-graduação e da extensão, na formação acadêmica direcionada aos mais diversos campos do saber. Esses novos cursos compartilham a experiência acumulada pela Instituição no trato da diversidade (social, cultural, étnica) e expressam, nos processos formativos que conduzem, o compromisso social assumido pela mesma ao longo de sua história. Exemplos: Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Engenharia Aeroespacial, Gestão Pública e Licenciatura Intercultural Indígena

A expansão de vagas na graduação presencial, com acréscimo de 2066 vagas novas, permitiu o aumento em 46% da matrícula projetada: 2007 = 23.983 e 2012 = 35.133, superior ao estabelecido no REUNI (20%). O total de 6740 vagas iniciais em cursos de graduação presenciais, ofertadas em 2016, configura o patamar de oferta alcançado em 2012. Distribuídas entre 51 cursos, 1470 vagas (71,15%) foram destinadas para o turno Noturno. Em 2007, 21% das vagas dos cursos de graduação eram ofertadas no turno Noturno; e em 2014, 32,7%. Na pós-graduação, a meta de expansão de matrícula foi atingida em 2013 (8.465).

Ao definir as metas para o PDI 2013-2017, a UFMG estabeleceu a necessidade de consolidar a expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias. A adequação da infraestrutura estava em franca expansão, como exemplificado pela construção de três centros de atividades didáticas (CADs), mas sofreu impacto dos cortes orçamentários que vem ocorrendo desde 2014.

A avaliação dos resultados da expansão tomou por referência as metas do REUNI: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18:1, e elevação gradual da taxa de conclusão (TCG) média dos cursos de graduação presenciais para 90%; ao final de

5 anos. Com relação à alocação de docentes, a superação da meta ocorreu em 2013, ano em que a relação aluno-professor foi 20:1. A TCG foi definida como a relação entre o total de diplomados, em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição 5 anos antes. A TCG foi 86% em 2011, 82% em 2012, 65% em 2013 e 54% em 2014. As causas da redução da TCG estão sendo analisadas pela Prograd e, em parte, podem ser resultado da grande mobilidade dos estudantes entre cursos e instituições, acentuadas pelo SiSU. Isso tem sido abordado na UFMG com a oferta ampla e regular de vagas remanescentes, assim como políticas que visam a permanência do estudante na UFMG. Ressalta-se que a UFMG se situa em primeiro lugar em relação ao Indicador Aluno Equivalente Graduação (Nota Técnica número 24, set/2014, Coordenação Geral do Censo/INEP), que reflete a eficiência da IES, analisando a relação entre número de matriculados, ingressantes e concluintes nas IES federais.

As ações formativas da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, nomeada de "GIZ", atendem, desde 2009, tanto ao aumento significativo de cursos e de alunos quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino.

De 2009 a 2012, a UFMG adotou, como ação afirmativa, o Programa de Bônus, que agregava 10% à nota final dos candidatos que tinham cursado sete anos em escola pública. Os candidatos que também se autodeclaravam pardos ou pretos recebiam bônus de 15% em sua nota final. O Programa de Bônus elevou o percentual de egressos de escola pública: 31% de 2007 para 45%, em 2009. Em 2013, o Programa de Bônus foi substituído por cotas, como definidas pela lei 12.711. A Lei de Cotas previa o aumento do percentual de vagas reservadas, de 12,5%, no primeiro ano, até atingir 50%, em 2016. Além disso, o Vestibular foi substituído em 2014 pelo SiSU.

Atualmente, a Prograd tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas, em especial da Lei das Cotas, na mudança do perfil dos estudantes na UFMG no período 2012-2016. Os ingressantes com renda familiar de até 5 salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais concorridas, como Medicina e Direito. O percentual dos alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2016, alcançaram 55% de todo o corpo discente. A adesão ao SiSU elevou o percentual de alunos provenientes de outros estados, passando de 4,45% para 9,6%. Um terço dos alunos matriculados nos cursos de graduação concluíram ensino médio fora de Belo Horizonte – 21% são oriundos do interior de Minas e 9,6% de outros estados. Em 2016, apenas Roraima e Amapá não se encontravam representados no conjunto dos novos estudantes da UFMG. A soma de autodeclarados pretos e pardos com os que não desejam declarar é estável, variando de 54,5%, em 2012, para 53,6%, em 2013, 52,7%, em 2014, 52,1%, em 2015, e 54,9%, em 2016. Outro

relevante estudo conduzido em 2015, demonstrou que o desempenho de estudantes que recebiam apoio social e admitidos após as políticas de bônus e cotas não diferiam dos demais, desconstruindo o argumento sobre a preocupação com a queda da qualidade acadêmica das universidades públicas com a adoção de ações afirmativas.

A UFMG, atenta à necessidade de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos de graduação, instituiu, entre 2014 e 2017, diversas ações estratégicas e de fomento que, somadas às ações de assessoramento já efetivadas junto a cursos e NDE's, visam assegurar tanto o aprofundamento da integração, nos currículos, de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental como, também, o aprimoramento da política de flexibilização curricular. Citam-se como exemplos: formação complementar de caráter transversal, fortalecimento das ações de extensão, integração entre graduação e pós-graduação, revisão das normas de graduação.

Os resultados da avaliação externa dos cursos de graduação tem sido permanentemente analisados e discutidos pela CPA e comunidade acadêmica da UFMG. O IGC da UFMG tem sido 5, nota máxima, situando-a entre as cinco melhores universidades do país desde 2007 até 2014 (último resultado disponibilizado pelo INEP). Em 2015, apenas 11 universidades tiveram IGC igual a 5 (Tabela 1). Entre as três maiores, a UFMG, se destaca como a que teve o maior número de cursos de graduação avaliados. Entre 2007 e 2015, o IGC contínuo manteve-se estável entre 4,10 (2012) e 4,25 (2010). O bom desempenho da UFMG é reflexo de sua história de excelência, relevância social e inovação, marcas indispensáveis à universidade pública.

Tabela 1 – Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2015)

Sigla da IES	N	Alfa	Conceito médio da Graduação	Beta	Conceito Médio do Mestrado	Gama	Conceito Médio do doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (faixa)
UNICAMP	48	0,2696	2,9393	0,2682	4,8599	0,4622	4,9233	4,3714	5
UFRGS	55	0,3890	3,2858	0,2597	4,8871	0,3513	4,9475	4,2854	5
UFMG	58	0,4580	3,3889	0,2289	4,8475	0,3131	4,9382	4,2079	5
UNIFESP	30	0,3550	3,1258	0,3102	4,5660	0,3348	4,8285	4,1427	5
UFRJ	65	0,4431	3,1720	0,2384	4,8001	0,3185	4,9270	4,1191	5
UFABC	18	0,5254	3,8763	0,3271	4,3106	0,1475	4,4842	4,1080	5
UFSC	60	0,4669	3,2460	0,2484	4,7611	0,2847	4,9010	4,0935	5
UFV	60	0,5440	3,4252	0,2069	4,6690	0,2491	4,9105	4,0525	5
UFLA	23	0,5512	3,4585	0,2052	4,6466	0,2436	4,8486	4,0410	5
UFSCAR	46	0,4960	3,2674	0,2294	4,5126	0,2745	4,8257	3,9809	5
UNB	57	0,5432	3,4277	0,2365	4,5526	0,2203	4,7124	3,9767	5

N= Número de Cursos com CPC no Triênio

Alfa = Proporção de Graduandos

Beta = Proporção de Mestrandos – Equivalente

Gama = Proporção de Doutorandos - Equivalente

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

Tabela 2 – Tendência temporal do IGC da UFMG

Ano	Conceito Médio Graduação	Conceito Médio Mestrado	Conceito Médio Doutorado	IGC Contínuo	IGC Faixa	Posição no Brasil
2007	-	-	-	4,14	5	4 ^a
2008	-	-	-	4,13	5	3 ^a
2009	3,76	4,69	3,73	4,17	5	4 ^a
2010	3,79	4,68	3,74	4,25	5	5 ^a
2011	3,59	4,65	3,68	4,14	5	5 ^a
2012	3,44	4,64	3,68	4,10	5	5 ^a
2013	3,38	4,74	3,90	4,14	5	5 ^a
2014	3,40	4,90	4,90	4,19	5	4 ^a
2015	3,39	4,85	4,94	4,21	5	3^o

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

Quanto ao conceito preliminar de cursos, CPC, sua composição sofreu mudanças na fórmula de cálculo desde 2007, o que dificulta a avaliação da série histórica. A média dos CPCs na UFMG, entre 2007 e 2014, variou entre 4 e 4,3 (Figura 1). Na UFMG, a dimensão “Corpo Docente” do CPC obtém notas muito elevadas, próximas a 5, em todos os cursos, porque temos mais de 95% dos docentes com Mestrado/Doutorado e 100% com regime de trabalho maior ou igual a 20 horas semanais. Quanto ao Conceito Enade, com poucas exceções, a média em cada área manteve-se igual ou superior a 4 em todos os triênios de avaliação, o que é considerado um desempenho muito bom em comparação com outros cursos no Brasil. A tabela 3 mostra os resultados do Enade 2015.

Figura 1 – Conceito Preliminar de Cursos (CPC) na UFMG – média por área, 2007-2014

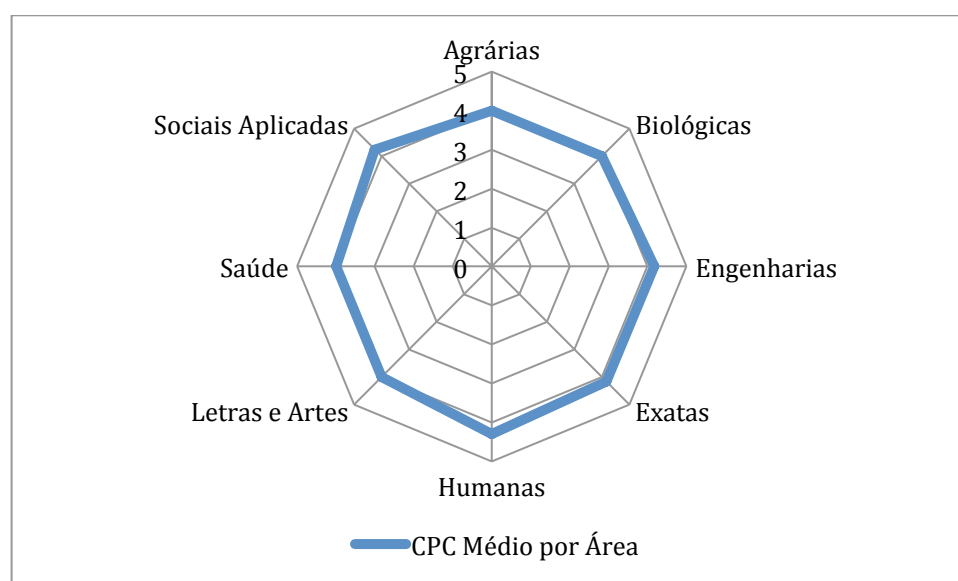


Tabela 3 – Conceito Preliminar e Conceito Enade dos cursos participantes em 2015, valores da faixa de conceito e contínuo.

CURSO	CONCEITO ENADE	CPC
ADMINISTRAÇÃO (AGRONEGÓCIO E COOPERATIVISMO) -Montes Claros	ENADE: 5 (4.4582)	CPC: 4 (3.7470)
ADMINISTRAÇÃO Belo Horizonte	ENADE: 5 (5.0000)	CPC: 4 (3.5206)
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ENADE: 5 (4.6593)	CPC: 4 (3.6314)
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	ENADE: 5 (4.5161)	CPC: 4 (3.3640)
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS	ENADE: 5 (4.4296)	CPC: vazio*
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	ENADE: 5 (4.8961)	CPC: vazio*
DESIGN	ENADE: 4 (3.1061)	CPC: 3 (2.7327)
DIREITO	ENADE: 5 (4.2649)	CPC: 4 (3.1653)
PSICOLOGIA	ENADE: 5 (4.1867)	CPC: 4 (3.3959)
RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS	ENADE: 4 (3.4753)	CPC: 4 (3.0592)
TURISMO	ENADE: 5 (4.1718)	CPC: 4 (3.3790)

*problema com o código do curso

Atualmente, o CPC é composto por três dimensões: desempenho do estudante (55%); corpo docente (30%) e percepção discente sobre o processo formativo (15%). A dimensão “Desempenho dos Estudantes” envolve dois indicadores: o conceito Enade (20% do CPC) e o IDD (35% do CPC). O Conceito Enade se refere a média das notas dos concluintes na prova do Enade. O IDD, indicador da diferença de desempenho observado e esperado, teria por finalidade destacar do desempenho médio dos estudantes concluintes aquilo que diz respeito especificamente ao valor agregado pelo curso ao desenvolvimento desses estudantes. A finalidade seria reconhecer as diferenças entre os estudantes ao ingressar na educação superior e considerá-las na análise do desempenho dos concluintes.

O IDD tem sido problemático para os cursos da UFMG. Especialmente a partir de 2013 quando passou a ser calculado subtraindo-se da nota do Enade, a nota no Enem; porque a UFMG, muito procurada no SiSU, recebe estudantes com notas muito elevadas no Enem. No período entre 2012 a 2014, na UFMG, tivemos 44% dos cursos avaliados com conceito Enade 5, mas apenas 11%

com CPC 5, pelo efeito do IDD. O mesmo ocorreu nessa última edição: dos nove cursos com Conceito Enade igual a 5, todos tiveram CPC igual a 4.

O curso de Administração da UFMG (Enade 2015) é um exemplo claro do efeito do IDD: o curso da UFMG obteve a 8ª maior Nota do Enade no Brasil (Conceito máximo 5) e a 100ª maior nota no CPC (Conceito 4), pois o IDD encontra-se na 776ª posição (Nota bruta igual a -0,03; Nota padronizada 2,5), num total de aproximadamente 1800 cursos avaliados na mesma área (Administração). Uma nota bruta de IDD negativa seria como se o curso não tivesse agregado valor ao estudante, que por sua vez teve um desempenho excelente na prova. Nossa impressão é que o método de cálculo do IDD está inapropriado. Em nível nacional, observa-se uma tendência de convergência do CPC para a média.

III. 3. FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA SAÚDE - DERRUBAR MUROS, CONSTRUIR PONTES

A Comissão Própria de Avaliação da UFMG (CPA) vem desenvolvendo seu trabalho de avaliação das políticas acadêmicas buscando aproximar e valorizar os atores envolvidos no aprimoramento contínuo do ensino na graduação, em especial os coordenadores de cursos e membros de NDE. A avaliação do Ensino da Graduação é uma construção coletiva, multifacetada, dinâmica e criativa, que deve, para além de identificar as fragilidades, propor caminhos.

Nesse sentido identificou-se no contexto atual duas propostas com grande potencial para melhorar a qualidade do ensino na graduação: a “Formação em Extensão” e a “Reconfiguração dos Currículos com Troncos Comuns de Formação” que podem ser pensadas e articuladas a partir de áreas do conhecimento. O V Encontro da CPA com coordenadores de colegiados e membros de NDE propôs a discussão e elaboração de propostas, compartilhando experiências e promovendo o diálogo entre os gestores da administração central (Pró-Reitores) e dos cursos (Coordenadores de Colegiados). No primeiro momento da programação foi realizado um Seminário seguido de Debate, com a apresentação do estado atual das duas propostas e de projetos desenvolvidos e consolidados.

A segunda parte foi realizada para a área da Saúde, com o objetivo de identificar temas comuns, transversais, presentes nas DCNs e nos currículos dos cursos de graduação, com potencial para desenvolver a Formação em Extensão e o Tronco Comum de Formação.

A discussão realizada reforçou a percepção da necessidade de convivência entre alunos e professores dos cursos da saúde para o desenvolvimento da competência para trabalho em equipe, tão necessária no mundo contemporâneo em que os problemas de saúde são complexos e demandam o diálogo entre os diversos saberes. O isolamento das pessoas dentro dos seus cursos e a fragmentação excessiva do conhecimento em disciplinas, especialidades, desconexas, não contribuem para a formação almejada nas DCNs e nos PPCs dos cursos. É por meio do exemplo vivenciado ao longo do curso que os egressos aprenderão a se relacionar com profissionais de outra áreas.

Após o Encontro, os coordenadores dos cursos da Saúde foram convidados a participar de uma comissão para elaborar um projeto de formação interprofissional na saúde. Inicialmente foram identificados quatro áreas de atuação para compor um grande projeto de formação interprofissional na saúde:

1) Ciclo básico no ICB: a maioria dos cursos na área da saúde compartilha da visão de que o ensino das disciplinas do ICB precisa ser contextualizado e ter a metodologia revista. Esse esforço pode ser melhor sucedido com a participação de todos os cursos. Além disso, seria interessante neste momento inicial dos cursos que os espaços fossem compartilhados, com turmas mistas em que alunos de diferentes cursos convivam e realizem atividades integradas a outras disciplinas do

início do curso. Convivendo, eles se conhecem e abre-se espaço para desconstruir a imagem criada no processo seletivo do SiSU, buscando substituir a competição por colaboração.

2) Estágios em Atenção Primária nos centros de saúde: há alguns anos, os cursos da saúde têm se reunido para desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão nos centros de saúde, incentivando o compartilhamento dos espaços, o trabalho em equipe e fortalecendo a relação com a secretaria municipal de saúde. Ainda assim, dois problemas não foram enfrentados: o COAPES e a inserção do trabalho em equipe interprofissional nos currículos de graduação. O mesmo se aplica a estágios em outros locais, em ambulatórios, hospitais, etc.

3) O internato rural que acontece nos cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia é outra atividade que deve merecer atenção pelo potencial de formação interprofissional.

4) A Formação Transversal, como atividade optativa, foi proposta como estratégia de aproximação de professores envolvidos em projetos de extensão e pesquisa em temas transversais na saúde (Ex: Envelhecimento, Obesidade, etc). Foi sugerido o título: Diálogos Interprofissionais na Saúde.

A proposta para ser bem aceita tem que ser compreendida como favorável ao trabalho do professor e à formação do estudante. Quanto à formação do estudante, a literatura é rica em argumentos que sustentam a proposição. Quanto ao trabalho do professor, o argumento é o compartilhamento de estratégias educacionais e o fortalecimento da presença nos campos de estágios, com intervenções e contrapartidas mais robustas. A proposição de Novas Normas para a Graduação será um cenário favorável a esse projeto. Ressalta-se, porém, que é mais importante investir nos “modos de fazer” (e de ser!) do que em mudanças estruturais dos currículos. A participação de estudantes na construção do projeto é essencial.

O cronograma inicial para este projeto é:

Formação da Comissão de Ensino na Graduação dos Cursos de Saúde	Abril
Composição de Grupos de Trabalho	Abril
Realização de Seminários	Mai e Agosto
Apresentação de propostas e encaminhamentos	Outubro
Meta 2017: elaboração de pelo menos um tronco comum de formação	

IV. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS

IV.1. Autoavaliação da CPA: avanços e desafios

A CPA considera que cumpriu com a proposta de avaliar o PDI vigente na UFMG de forma ampla e propositiva, identificando metas e ações realizadas e não realizadas. Essa etapa foi importante nesse momento em que a UFMG irá elaborar seu novo PDI e também receber a visita de avaliação do processo de Recredenciamento Institucional.

Para finalizar este ciclo avaliativo, a CPA propõe elaborar um questionário estruturado visando a participação da comunidade na avaliação institucional, como realizado em momentos anteriores.

Ainda em 2017, a CPA pretende coordenar as atividades relacionadas ao projeto de formação Interprofissional na Saúde.

Permanece um desafio para a CPA integrar avaliação e planejamento institucional de maneira mais efetiva e abrangente.

IV.2. Quais as propostas a CPA apresenta?

No Relato Avaliativo do PDI, a CPA apresentou sugestões sobre o que deve ser revisto para o próximo PDI relativo à cada tema analisado. De forma geral, o que se observa é uma mudança significativa no cenário político e econômico no decorrer do período de vigência do PDI, 2013 a 2017. O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG (2013-2017) foi elaborado em um contexto no qual a agenda do Ministério da Educação (MEC) estava voltada, entre outros aspectos, para a implantação das condições para que algumas universidades brasileiras se transformassem em universidades de classe mundial. Ao lado de outras Instituições de Ensino Superior, a UFMG reúne as condições para protagonizar essa mudança. Por conta disso, o planejamento estratégico a UFMG voltou-se majoritariamente para iniciativas associadas a internacionalização da instituição. Posteriormente à elaboração do PDI, o cenário econômico do país deteriorou-se, com a consequente reversão das condições de financiamento de um projeto de elevação de universidades brasileiras à condição de universidades de classe mundial. Os cortes orçamentários, entre outros fatores, dificultaram a implementação de algumas ações propostas que deverão ser revistas no próximo PDI.

Além disso, a CPA observou que alguns temas que vem ganhando relevância no cenário da educação superior e na UFMG precisam ser melhor abordados no próximo PDI, em especial,

inclusão, direitos humanos e cidadania. Importante lembrar que um aspecto a ser considerado na elaboração do próximo PDI são as metas do PNE (2014-2024) para a Educação Superior.

Para propor o planejamento do novo PDI da UFMG, a CPA, além do Relato Avaliativo, analisou também a experiência da UFRGS, que passou pelo mesmo processo entre 2014 e 2016. Na UFRGS, a opção foi por estabelecer objetivos estratégicos bem amplos a serem alcançados em 11 anos, deixando em aberto as ações, metas e indicadores mais específicos, a serem estabelecidos nos Planos de Gestão da Administração Central e Unidades. Cabendo a Administração Central zelar para que os Planos de Gestão estejam alinhados com o PDI.

Sumarizando, as propostas da CPA para a elaboração do novo PDI são:

- Instituir a Comissão de elaboração do novo PDI o mais breve possível, considerando o tempo mínimo previsto para discussão, elaboração e aprovação como um ano (abril/2017 a março/2018).
- Realizar ampla consulta à comunidade acadêmica (questionários, seminários, visitas a unidades).
- Repensar a estrutura do PDI. Propor eixos ou temas estratégicos, transversais, e não por setores e projetos, buscando maior integração das ações e da avaliação.
- Acrescentar como eixos ou temas prioritários “Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania” e “Avaliação”.
- Explicitar como será elaborado o cronograma das ações.
- Definir como serão elaborados os indicadores a serem verificados.

IV.3. Considerações Finais

A UFMG está completando 90 anos, um “momento ritualístico”. A atual geração que integra a UFMG tem enorme desafio pela frente. “Precisamos respeitar a nossa memória e o nosso passado, ter a consciência dos desafios do presente, sobretudo em tempos difíceis, e anunciar o futuro da Instituição – que se depender de nossa geração será de qualidade, de referência, com inserção social e, sobretudo pública e gratuita, para concretizar o sonho daqueles que ainda não conhecemos” (Jaime Arturo Ramirez, Reitor da UFMG, 2016).